

ANDRÉIA OSTI



1290000028



FE

TCC/UNICAMP Os7i

**INFÂNCIAS E HISTÓRIA: A BUSCA DE REFERENCIAIS TEÓRICOS  
PARA A COMPREENSÃO DA ESPECIFICIDADE DA INFÂNCIA.**

CAMPINAS, SP

1998

UNICAMP - FE - BIBLIOTECA

Andréia Osti

Infâncias e história: a busca de referenciais teóricos para a compreensão da especificidade da infância.

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado  
como exigência para o curso de Pedagogia  
com habilitação em Administração Escolar da  
Faculdade de Educação, UNICAMP, sob a  
orientação da Prof<sup>ª</sup>. Maria Evelynna Pompeu do Nascimento.

Campinas, SP

1998

UNIDADE:	FE
Nº CHAMADA:	YCC1 UNICAMP
	Os7i
V:	EX:
TOMBO:	28
PROC:	1241.2003
C:	D: X
PREÇO:	R\$ 11,00
DATA:	29.10.03
Nº CPD:	Inb. ad. 211 008

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA  
DA FACULDADE DE EDUCAÇÃO/UNICAMP

Os7i

Osti, Andréia.

Infâncias e história : a busca de referenciais teóricos para a compreensão da especificidade da infância / Andréia Osti.  
-- Campinas, SP : [s.n.], 1998.

Orientador : Maria Evelynna Pompeu do Nascimento.  
Trabalho de conclusão de curso - Universidade Estadual de Campinas, Faculdade de Educação.

1. Crianças. 2. Infância. 3. Família. 4. Historicidade.  
5. Brasil - História. I. Nascimento, Maria Evelynna Pompeu.  
II. Universidade Estadual de Campinas. Faculdade de Educação. III. Título.

Dedico este trabalho ao meus pais,  
***María Ignez e Valdomiro,***  
pelo amor incondicional,  
pelo constante incentivo  
e pleno apoio em todas as minhas escolhas,  
durante todas as fases de minha vida.

## AGRADECIMENTOS

Este trabalho não é fruto apenas de meu empenho, mas do incentivo e apoio que recebi, de todos os amigos, mencionados aqui ou não, durante todos esses anos de estudo em busca do conhecimento.

A Professora ***Maria Evelynna Pompeu do Nascimento***, por seu carinho e confiança, por suas observações tão precisas e valiosas na orientação deste trabalho e, principalmente por incentivar minha continuação nos estudos e numa futura carreira acadêmica;

A ***Vera Lúcia Sabongi De Rossi***, por aceitar ler, participar e contribuir para a finalização deste trabalho;

À minha grande amiga, ***Cynthia Mozer Nakamura***, pelas felizes lembranças de minha infância e adolescência e, mesmo estando tão distante, faz-me sentir seu carinho e valorizar cada vez mais uma verdadeira e duradoura amizade;

Ao amigo ***Klaus Winckler***, por sua compreensão, atenção e pela paz que me transmite;

A ***José Carlos Hoffmann Palmieri***, por todos os momentos em que estivemos juntos;

A ***Elzira Horschütz***, por sua torcida incessante e por seus pensamentos sempre tão positivos;

À todos os amigos que conheci e convivi durante todo o meu tempo dentro da universidade, por todos os momentos de descontração, agonia, alegria, sonhos e risos. Por tudo que aprendemos juntos e por tudo que um dia iremos nos lembrar.

***“O nosso passado  
não é de modo algum  
uma sucessão rígida de eventos  
guardados e cristalizados numa ordem,  
mas constitui matéria tão fluida,  
dispersa e inexistente  
como o nosso próprio futuro,  
talvez até mais.”***

**(Márcio Borges)**

Departamento de Administração e Supervisão Educacional  
Faculdade de Educação  
Universidade Estadual de Campinas

Parecer sobre Trabalho de Conclusão de Curso

Aluna: Andréia Osti

Título: **Infâncias e história: a busca de referenciais teóricos para a compreensão da especificidade da infância.**

Orientadora: Profa. Maria Evelyn Pompeu do Nascimento

Data: 01/07/1998

## **PARECER SOBRE TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO**

O presente parecer diz respeito ao Trabalho de Conclusão de Curso da aluna ANDRÉIA OSTI. Intitulado **Infâncias e história: a busca de referenciais teóricos para a compreensão da especificidades da infância**, o texto foi elaborado, sob minha orientação, como exigência parcial para obtenção do diploma de Pedagogia.

O parecer que se segue tem o intuito de atender à norma regimental segundo a qual os Trabalhos de Conclusão de Curso devem submeter-se a uma Banca Examinadora composta pelo Professor Orientador e por um Segundo Leitor, geralmente escolhido entre o corpo docente da Faculdade de Educação. No presente caso, foi convidada a Profa. Dra. Vera Lúcia Sabongi De Rossi, a quem expresse meu agradecimento pela seriedade e respeito presentes no parecer elaborado bem como pela atenção dispensada à aluna.

Trata-se de uma revisão bibliográfica sobre conceituação de infância(s) privilegiando a vertente histórica do surgimento de um olhar diferenciado no que tange às crianças e suas diferenças em relação aos adultos.

Divido em dois capítulos aborda, no primeiro, *“a família e sua constituição, o papel e importância da criança na sociedade européia”* (pág. 1) a partir do século XVIII; tratando ainda, *“das mudanças na estrutura da família e*

8

*suas implicações na educação*” (pág. 1). O segundo refere-se a diferentes formas de tratamento da infância nos primórdios de nossa história, tais como a criança na cultura tupinambá durante o período Colonial ou da América Portuguesa, como prefere Fernando Novaes<sup>1</sup>; a criança exposta, ou seja, aquela que foi enjeitada por seus pais biológicos e depende, para sobreviver, de ajuda caritativa ou governamental durante o século XVII e posteriores; a criança oriunda da classe operária. Tais infâncias são analisadas levando-se em conta o contexto social que as engendra bem como sua dependência relativamente aos papéis esperados de suas famílias, o que significa uma atenção, ainda que parcial, ao que ocorre na esfera privada e na pública. Trata-se portanto de verificar a infância não sob a perspectiva da natureza infantil mas sob as condições de vida que as produzem.

O texto tem características que parecem-me adequadas para um Trabalho de Conclusão de Curso. Utiliza adequadamente a metodologia científica no tratamento do tema através de uma revisão atualizada do tema, o que é demonstrado por uma bibliografia que comporta, além de obras indispensáveis, recentes publicações que, certamente, passarão a ser freqüentemente citadas. Assim, o rico referencial teórico compreende desde Ariès, Badinter, Freyre, Charlot, Kramer, Romanelli, até Araújo, Ribeiro, Ghiraldelli, Gagnebin, Mattoso, Novaes, Del Priore, D’Incão, Falci, Venâncio, Marcílio, Venâncio e Moura.

O efetuado resulta em correta apreensão das fontes consultadas, embora ainda esteja presente uma certa “visão idílica”. Há no entanto que se considerar ao menos duas questões. A primeira diz respeito ao nível de maturidade acadêmica esperado de uma aluna de graduação e Andréia nada deixa a desejar neste sentido. Há que se registrar sua constante disponibilidade para incorporar o sugerido especialmente no que diz respeito à parte da bibliografia recentemente publicada. A segunda, que creio ser a mais decisiva, é o fato de que é saudável que os recém formados demonstrem um certo grau de idealismo relativamente ao futuro que os aguarda, especialmente numa conjuntura em que os jovens se

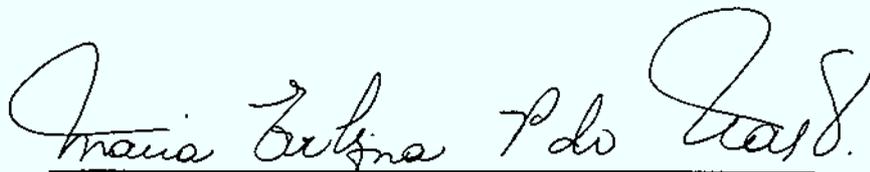
---

<sup>1</sup> NOVAES, Fernando A. *História da Vida Privada no Brasil: Cotidiano e vida privada na América portuguesa*. S. P.: Companhia das Letras, 1997.

questionam cada vez mais sobre o que os espera no mundo do trabalho e isto, sem dúvida, se reflete naquilo que ora produzem.

Aponto ainda que nem tudo que Andréia produziu no período foi incorporado ao texto final e que não posso deixar de, ao menos, registrá-lo: trata-se de elaboração sobre a história do atendimento educacional de crianças de 0 a 6 anos no Brasil que poderá ser objeto de análise em momento posterior de sua vida acadêmica.

Pelo exposto, atribuo nota - **10,0 (dez)**.

  
**Profa. MARIA EVELYNA POMPEU DO NASCIMENTO**  
Orientadora

## PARECER SOBRE O TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Aluna: **Andréia Osti**

Título: **Infâncias e História**: A busca de referenciais teóricos para compreensão da especificidade da infância .

Orientadora : Prof. Maria Evelynna Pompeu do Nascimento

Parecerista: Prof. Vera Lúcia Sabongi De Rossi

DASE/FE/UNICAMP

Campinas, 24 de Junho de 1998

Andréia , na introdução anuncia sua intenção de fazer um aprofundamento teórico, através de uma revisão bibliográfica, sobre a especificidade da infância, para fundamentar um futuro trabalho sobre a política educacional relativa a criança de zero a seis anos. Foi assim que eu li o texto de conclusão de curso da Andréia, como um aquecimento teórico necessário, para futuros vôos mais distantes e mais densos.

Importante assinalar, que percebo neste texto, a seriedade e o esforço empreendido pela aluna para tentar assegurar a inclusão e complementação do texto, feitas no decorrer do primeiro tempo da leitura.

O trabalho foi estruturado com 55 páginas, dividido em duas partes .

Na primeira, intitulada “Família, Educação e Infância”, a abordagem de Ariès , possibilitou o primeiro diálogo com o conceito de infância. A aluna foi em busca deste olhar, voltado para a fase que precede a idade adulta, quando o ser humano ainda é totalmente dependente das estruturas sociais que banham o mundo dos adultos. Não faltaram as correlações espaciais e temporais necessárias das trocas afetivas feitas intra e entre famílias desde a antigüidade , bem como

suas alterações posteriores com a associação educação/afeição , que se constituiu como mudança considerável do século XVII francês. O investimento afetivo dos adultos em seus filhos, como um bem, foi construído ( consciente ou inconscientemente) historicamente pelos homens. Tal pressuposto desfaz o senso corrente de que tanto as formas de afeto ou poder possam se “naturais”.

Na segunda parte, aparece com mais força a importância do tema, dado o interesse que a leitura despertou sobre a criança tupinambá, a criança escrava e sobre a criança da fábrica., cujas especificidades se fizeram presentes dando o tom da história .

Destaco, a título de ilustração, uma das diferenças culturais apontada pela Andréia , com relação às crianças tupinambá . O ritual da cerimônia de “bom presságio” , que vai desde o parto com a participação do pai , o achatamento do nariz, o pintar de preto e vermelho para favorecer o desenvolvimento de uma mulher forte e sadia , de abrir os carunhos para o futuro guerreiro. Certamente, conforme a aluna ressalta, não é possível determinar um único conceito de infância, que resultaria no apagamento das diferenças culturais, da história.

A bibliografia consultada constitui um dos pontos que merece destaque na pesquisa realizada, por trazer, coerentemente, autores associados ao tema em análise. Autores mais e menos conhecidos na literatura , o que demonstra a seriedade da revisão bibliográfica feita pela Andréia.

O conceito de infância na sociedade brasileira foi esclarecido principalmente a partir de Mattoso, Kramer, Ghiraldelli, Raminelli, sem faltar Gilberto Freyre e Fernando Novaes. Foi possível assim, emergir as especificidades dos quatro tipos de infância tratados nos primórdios de vida da sociedade brasileira.

Por outro lado, é também relevante destacar o fato de o trabalho estar associado à uma atualização bibliográfica da infância, o que significa facilitar a busca dos futuros pesquisadores, além das futuras pesquisas da própria aluna, em seu final de curso.

Com o intuito de colaborar com essas futuras pesquisas, que certamente a aluna irá realizar, destaco alguns pontos para sua reflexão:

No corpo que atravessa todo o trabalho, e que poderá sustentá-lo (ainda mais), é preciso maior atenção aos tempos e espaços diferentes de quem está lendo e escrevendo (ou seja o “hoje” da Andréia), e aos tempos e espaços diferentes dos autores consultados e dos seus objetos de estudo, caso contrário, a ênfase dada, tanto à especificidade, à história, perdem um pouco o sentido.

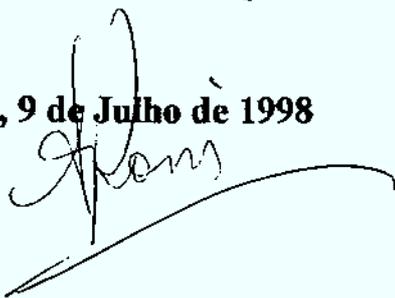
Tais diferenças temporais podem permitir: - que se interrogue as evidências sem deixar de inserir o ponto de vista de quem analisa (da Andréia); que se mantenha a “desconfiança atenta” em relação as evidências que estão sendo utilizadas sobre as infâncias (evidências determinantes no processo histórico); - que fiquemos mais atentos também para a nossa tendência de projetar demais as estruturas que são percebidas no presente, no passado. Não é fácil, mas certamente, é instigante.

Aproveito também para agradecer a confiança, bem como o convite, feito pela Professora Evelynna, para que eu fosse a **segunda leitora do Trabalho de Conclusão do Curso** de graduação em Pedagogia, da sua orientanda e parabeno a ambas por mais esta construção.

Atribuo nota

10 (dez)

Campinas, 9 de Julho de 1998



## RESUMO

O presente trabalho fundamenta uma revisão bibliográfica sobre conceituação de infância(s). Trata do surgimento histórico da infância e sua especificidade, do papel da sociedade, bem como as mudanças na sua estrutura, que possibilitaram uma diferente forma de olhar às crianças em relação aos adultos. Para tanto, fez-se necessário também mencionar as influências européias nos costumes e tradições da população colonial brasileira, assim como as alterações posteriores entre educação, estrutura familiar e papéis assumidos por cada membro da família.

A partir de autores como Ariès, Badinter, Mattoso, Freyre, Ghiraldelli, Kramer, Raminelli, Venâncio, Del Priore, Novaes, dentre outros, o conceito de infância pode ser melhor estudado e esclarecido. Conclui que é impossível determinar um conceito de infância único, homogêneo e universal, pois ele é uma construção histórica e cultural.

## SUMÁRIO

Introdução.....	01
1. Família, Educação e Infância.....	03
1.1 Família e sociedade.....	03
1.2 Escola e educação.....	12
1.3 Refletindo sobre infância.....	18
2. Infâncias e Modo de Vida nos Primórdios da Sociedade Brasileira .....	26
2.1 A criança tupinambá.....	26
2.2 Família e cotidiano.....	31
2.3 A roda dos expostos.....	35
2.4 A criança escrava.....	44
2.5 A criança da fábrica.....	49
Considerações Finais.....	52
Referências Bibliográficas.....	56

## INTRODUÇÃO

Comecei a interessar-me pelo presente tema ao cursar a disciplina EP.765- Fundamentos da Educação Infantil, ministrada pela professora Maria Evelynna Pompeu do Nascimento. Foi no decorrer do curso que senti curiosidade e, até uma certa necessidade de conhecer, pesquisar e entender a(s) infância(s) e sua história.

O foco deste trabalho é o aparecimento de um olhar específico em relação às crianças, que podemos denominar como sendo o surgimento histórico da infância, enquanto uma etapa de vida pela qual é socialmente esperado que todos os seres humanos ocidentais passem antes de atingir a etapa adulta. Entendemos a infância como sendo a fase que precede a idade adulta, fase esta em que somos dependentes econômica e socialmente dos adultos. Em especial, nossa atenção centra-se na(s) infância(s) das crianças brasileiras. Tendo claro que é impossível falar da(s) infância(s) sem pensar na família e em seu desenvolvimento, tal instituição também é objeto de nossa atenção.

A pesquisa baseia-se em revisão bibliográfica, com o intuito de levantar dados sobre o histórico da especificidade da infância e, deste modo, adquirir suporte teórico para o aprofundamento pessoal relativo à questão da política educacional no que se refere à criança de 0 a 6 anos e o desenvolvimento de um futuro trabalho nesta área.

O trabalho está dividido em dois capítulos, no primeiro, abordaremos de forma geral, a família e sua constituição, o papel e importância da criança na sociedade européia. Também tratamos das mudanças na estrutura da família e suas implicações na educação.

No segundo, explanamos sobre as infâncias, que consideramos mais significativas na sociedade brasileira, como a indígena, a colonial e a operária. Para assim, propiciar ao leitor uma visualização mais clara das diferentes formas de tratamento da infância.

Pretendemos com este trabalho, fornecer uma visão ampla das mudanças ocorridas com a evolução da(s) infância(s), mudanças que estão ligadas à família e a sociedade. Esperamos despertar novos interesses nessa

área e, o aparecimento de mais pesquisas preocupadas com a(s) criança(s) brasileira(s) e com as instituições que se destinam para o seu cuidado.

## **1. FAMÍLIA, EDUCAÇÃO E INFÂNCIA**

Neste capítulo falaremos sobre a composição da família, a educação e a infância. Para isso, o dividimos em três subtítulos. No primeiro; Família e Sociedade, nossa abordagem é geral e, consiste em discorrer sobre a família e sua constituição, assim como seu papel e a importância da criança na sociedade européia. No segundo; Escola e Educação, observamos como a evolução da escola está ligada as mudanças que ocorrem na família. E, no terceiro; Refletindo sobre Infância, procuramos decifrar a infância e explicar mais sobre o que é e qual o seu significado.

### **1.1 Família e Sociedade**

De acordo com Ariès <sup>1</sup>, nas sociedades Antigas, a unidade fundamental da sociedade era a comunidade dos habitantes; um homem, uma mulher e uma criança pertenciam à sua comunidade, a vida era baseada na solidariedade e na afetividade difusa. A afeição também estava presente entre os membros da comunidade e não apenas dentro de casa, portanto, essas trocas afetivas ultrapassavam os laços familiares e difundiam-se por toda comunidade. A casa não separava o privado do público, ela funcionava como um lugar de reuniões comunitárias. A família dirigia a distribuição das riquezas e assegurava a defesa da honra, numa época em que o casamento era indissolúvel. Também tinha por missão a conservação dos bens, a prática comum de um ofício e a ajuda mútua cotidiana.

As crianças viviam tanto na rua como no meio das mulheres, a característica essencial desta sociedade era os sentimentos e admirações que dirigiam-se tanto para os jovens e velhos como para seus próprios pais. A transmissão dos valores, dos conhecimentos e a socialização da criança não eram asseguradas nem controladas pela família, e ela tão pouco tinha função afetiva. O valor maior estava na coletividade, não a casa, mas a praça pública. A rua era o lugar de convívio social, era nela que se praticavam os ofícios, os

---

<sup>1</sup> ARIÈS, Philippe. História Social da Criança e da Família, 1981.

jogos, as conversas, os espetáculos, ela era portanto, um prolongamento da vida privada.

*“... a rua era o lugar onde se praticavam os ofícios, a vida profissional, as conversas, os espetáculos (...) uma comadre pára para falar com sua vizinha, que está na janela: alguns homens descansam sentados num banco (...) Essa rua medieval, ... não se opunha à intimidade da vida privada; era um prolongamento dessa vida privada, o cenário familiar do trabalho e das relações sociais. (...) Talvez essa vida privada se passasse tanto ou mais na rua do que em casa.”<sup>2</sup>*

A passagem da criança pela família era muito breve e insignificante. Nos primeiros anos de vida a criança era motivo de diversão para os adultos, porém se ela viesse a morrer (como muitas vezes acontecia), a regra geral não era fazer muito caso, pois em breve outra criança a substituiria. A criança logo era afastada de seus pais e sua educação era garantida através da convivência com os adultos, ela aprendia as coisas que devia saber ajudando os adultos a fazê-las. Assim que a criança tivesse condições de viver sem a solicitude constante da mãe ou da ama, ela ingressava na sociedade dos adultos e não mais distinguia-se deles. Depois de completar 3 ou 4 anos a criança jogava os mesmos jogos e participava das mesmas brincadeiras dos adultos, tanto no meio de crianças quanto no meio de adultos.

*“...a criança desde muito cedo escapava à sua própria família, mesmo que voltasse a ela mais tarde, depois de adulta, o que nem sempre acontecia. A família não podia portanto, nessa época, alimentar um sentimento existencial profundo entre pais e filhos. Isso não significava que os pais não amassem seus filhos: eles se ocupavam de suas crianças menos por elas mesmas, pelo apego que lhes tinham, do que pela contribuição que essas crianças podiam trazer à obra comum, ao estabelecimento da família.”<sup>3</sup>*

Por volta dos 7 anos de idade, meninos e meninas eram enviados para casas de outras famílias para trabalharem e, permaneciam nessa nova casa até entre 14 e 18 anos, é neste momento que inicia-se a sua aprendizagem. As crianças são chamadas de aprendizes e, durante este tempo realizam todas as

<sup>2</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 198.

<sup>3</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 231.

atividades domésticas, tais como fazer as camas, servir à mesa. Eram raras as famílias que evitavam este tratamento para com seus filhos, pois era um hábito comum, considerado como um período de aprendizagem, um estágio e não um estado definitivo. Esse serviço doméstico era uma forma comum de educação, onde a criança aprendia pela prática. O fato dos pais enviarem seus filhos para morarem com outras famílias, significava para a criança o início de sua vida em um novo ambiente. Essa aprendizagem forçava as crianças a viverem no meio dos adultos, a mistura de idades decorrente dessa aprendizagem foi um dos traços dominantes dessa sociedade de meados da Idade Média até o século XVIII.

*“Assim, toda a educação se fazia através da aprendizagem, e dava-se a essa noção um sentido muito mais amplo do que o que ela adquiriu mais tarde. As pessoas não conservavam as próprias crianças em casa: enviavam-nas a outras famílias, com ou sem contrato, para que com elas morassem e começassem suas vidas, ou, nesse novo ambiente, aprendessem as maneiras de um cavaleiro ou um ofício.”<sup>4</sup>*

Podemos constatar que, a família era uma realidade muito mais moral e social do que sentimental. A criança desde cedo era afastada de sua família e, portanto, não poderia existir laços profundos entre pais e filhos, já que o apego que os pais tinham por seus filhos não baseava-se na contribuição que eles poderiam trazer para a família. As trocas afetivas e as comunicações sociais eram realizadas principalmente fora da família, num meio composto por vizinhos, amigos, crianças e velhos, homens e mulheres, amos e criados; as famílias conjugais diluíam-se nesse meio.

Segundo Ariès<sup>5</sup>, nessa sociedade Antiga, o trabalho não ocupava tanto tempo do dia, ele não tinha o valor que lhe atribuímos hoje, isso porque as profissões e o trabalho estavam ligados às estações do ano.

*“De um lado, os grandes trabalhos na terra: o feno, o trigo, a vinha e o vinho, o porco. De outro, a pausa, do inverno e da primavera. São os camponeses que trabalham, mas a representação dos momentos de interrupção do trabalho oscila entre o camponês e o nobre. Janeiro ( a festa de*

---

<sup>4</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 228.

<sup>5</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 94.

*Reis) pertence ao nobre, diante de uma mesa na qual não falta nada. Fevereiro pertence ao plebeu, que volta à casa carregando lenha e se aquece no fogo.*

*Maio ora é um camponês que descansa no meio das flores, ora um jovem nobre parte para a caça e prepara seu falcão. (...) A importância dada ao ofício na iconografia medieval é um sinal do valor sentimental que as pessoas lhe atribuíam. Era como se a vida privada de um homem fosse antes de mais nada seu ofício. (...) A Idade Média ligava as profissões às estações, assim como o fazia com idades da vida.”<sup>6</sup>*

Nesse período, a mulher aparece participando dos trabalhos; a camponesa ajuda os homens no campo ao levar-lhes bebida, a dama nobre dirige os trabalhos no jardim, porém a criança ainda não é significativa para o adulto, ela ainda não aparece nas cenas de família. *“A mulher e a família participam do trabalho e vivem perto do homem, na sala ou nos campos. Não se trata propriamente de cenas de família: as crianças ainda estão ausentes no século XV.”<sup>7</sup>* Ao longo do século XVI a imagem dos meses sofre uma transformação significativa, ela torna-se a imagem da família.

*“Portanto esse calendário assimila a sucessão dos meses do ano à das idades da vida, mas representa as idades da vida sob a forma da história de uma família: a juventude de seus fundadores, sua maturidade em torno dos filhos, a velhice, a doença e a morte, que é ao mesmo tempo a boa morte, a morte do homem justo, tema igualmente tradicional e, também a morte do patriarca no seio da família reunida. (...) A diferença está toda aí. Não se trata mais de uma morte súbita, e sim da ilustração de um sentimento novo: o sentimento da família.”<sup>8</sup>* O sentimento de família que nasce no século XVI portanto, não separa-se do sentimento da infância, ou seja, o interesse pela criança e o cuidado com ela é uma forma de expressar o sentimento de família.

No século XV a criança ainda está ausente nas cenas da família, ela ainda não aparece nos retratos, na iconografia. Somente a partir do século XVI que ela começa a aparecer e a ser percebida, ela não aparece nos trabalhos no campo, mas algumas servem à mesa nos banquetes de Janeiro. *“As representações sucessivas dos meses do ano introduziram portanto essas*

<sup>6</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 196.

<sup>7</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 197.

<sup>8</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 202.

*novas personagens: a mulher, o grupo de vizinhos e companheiros, e finalmente a criança. E a criança se ligava a essa necessidade outrora desconhecida de intimidade, de vida familiar, quando não ainda precisamente, de vida em família.”*<sup>9</sup>

O primeiro sentimento de infância (“paparicação”) surgiu no meio familiar, na companhia das crianças pequenas, esse novo sentimento tornava a criança uma fonte de distração e de relaxamento para o adulto por causa de sua ingenuidade, gentileza e graça. O segundo proveio dos eclesiásticos e dos homens da lei (raros até o século XVI) e de um maior número de moralistas no século XVII, preocupados com a disciplina e a racionalidade dos costumes. Esses moralistas tornaram-se sensíveis à infância, antes negligenciada, mas recusavam-se a considerar as crianças como brinquedos pois as viam como frágeis criaturas de Deus, e que era preciso preservá-las e discipliná-las.

*“Um novo tema ilustra de maneira ainda mais significativa o componente religioso do sentimento de família: o tema do benedicite. (...) Os manuais de civilidade do século XVI, ao contrário, reservam a tarefa de dizer o benedicite não a qualquer uma das crianças, mas à mais nova (...) ainda precisa que o dever de abençoar a mesa ‘pertence aos eclesiásticos, quando não os há, ou na sua falta, ao mais jovem membro do grupo’. (...) Quando há uma criança, é comum lhe atribuir essa função de (abençoar a mesa).”*<sup>10</sup>

Podemos observar aqui que a criança é valorizada no momento em que a família concede-lhe a honra de fazer a prece, que por muito tempo foi a única prece dita com toda família reunida. Há neste momento uma promoção e valorização da infância.

A partir do século XVI, o surgimento do sentimento da infância beneficiou primeiramente os meninos, enquanto as meninas persistiram mais tempo no modo de vida tradicional, que as confundia com os adultos. Isso aconteceu apenas nas famílias nobres, pois as crianças do povo, os filhos dos artesãos e camponeses, continuaram a conservar o antigo modo de vida que não separava as crianças dos adultos, nem através do trabalho, do traje, nem dos jogos e brincadeiras.

<sup>9</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 199.

<sup>10</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 218.

*“Durante muito tempo, as meninas seriam educadas pela prática e pelo costume, mais do que pela escola, e muitas vezes em casas alheias. No caso dos meninos, a escolarização estendeu-se primeiro à camada média da hierarquia social.”<sup>11</sup>*

No período que compreende o século XVI ao início do século XVIII a família começa a fechar-se, torna-se cada vez menos extensa, mas esta mudança na sociedade foi lenta e inapercebida pelos contemporâneos. O pai é considerado o rei pois é o patriarca, o chefe da família, é ele quem a comanda e sustenta. Já o rei é tido como pai pois comanda o Estado, é o responsável por sua manutenção e tranquilidade, assim, é visto como um grande pai de todas as famílias pertencentes ao seu Estado. Por isso o Estado é considerado como uma associação e uma hierarquia de famílias, onde o rei é considerado como pai, e o pai como rei. O Estado é concebido segundo o modelo de família, e a família segundo o modelo de monarquia, teoria esta aprovada pela Igreja; o rei centraliza as leis e a casa torna-se um lugar de proteção e retirada.

*“A condição do Pai – Marido - Senhor todo - poderoso não pode ser explicada senão pela sua essência. Criatura que mais ativamente participa do divino, seus privilégios devem-se apenas à sua qualidade ontológica. É ‘natural’ que a mais acabada das criaturas comande os demais membros da família, e isso de duas maneiras: em virtude de sua semelhança com a divina, como ‘deus comanda as criaturas’, e em virtude de suas responsabilidades políticas, econômicas e jurídicas, como um ‘Rei comanda seus súditos’. (...) O Pai, o Marido, tinha portanto uma delegação dos poderes de Deus. Mesmo temperado pela temura, seu poder era absoluto, despótico.”<sup>12</sup>*

O homem era a figura de maior importância dentro da família e do Estado. A mulher era sua companheira que tinha por função ajudar o marido e obedecê-lo, era portanto uma figura com menores poderes. Já a criança ainda não é percebida como uma pessoa que necessita de cuidados e atenção, pois a moralização é tão importante e rígida que não valoriza a demonstração dos sentimentos, deixando de lado o ato de paparicar, de mimar a criança. Ela

<sup>11</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 233.

<sup>12</sup> BADINTER, E. Um Amor Conquistado: o mito do amor materno, 1985, pg. 33 e 36.

portanto, é apenas um ser humano que necessita ser educado e doutrinado a seguir as regras e ordens dadas principalmente por seu pai.

A base da sociedade familiar do fim da Idade Média até o século XVII, como nos mostra Ariès<sup>13</sup> foi a primogenitura. Ou seja, este costume beneficiava apenas o filho mais velho para evitar que o patrimônio da família fosse perdido. A partir da segunda metade do século XVII, esse costume é contestado pelos moralistas educadores pois, segundo eles, a primogenitura prejudicava e repugnava o direito à igualdade da afeição familiar.

A principal característica da família do século XVII foi a volta da criança ao lar. A criança tornou-se indispensável a vida cotidiana e os adultos passaram a preocupar-se cada vez mais com seu futuro. A família moderna, ao contrário, coloca a criança no centro de suas atenções.

*“Entre o fim da Idade Média e os séculos XVI e XVII, a criança havia conquistado um lugar junto de seus pais, lugar este a que não poderia ter aspirado no tempo em que o costume mandava que fosse confiada a estranhos. Essa volta das crianças ao lar foi um grande acontecimento: ela deu a família do século XVII sua principal característica, que a distinguiu das famílias medievais. A criança tornou-se um elemento indispensável da vida cotidiana, e os adultos passaram a se preocupar com sua educação, carreira e futuro. Ela não era ainda o pivô de todo o sistema, mas tomara-se uma personagem muito mais consistente. Essa família do século XVII, entretanto, não era a família moderna: distinguia-se desta pela enorme massa de sociabilidade que conservava. Onde ela existia, ou seja, nas grandes casas, ela era um centro de relações sociais, a capital de uma pequena sociedade complexa e hierarquizada, comandada pelo chefe de família.*

*A família moderna, ao contrário, separa-se do mundo e opõe à sociedade o grupo solitário dos pais e filhos. Toda energia do grupo é consumida na promoção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças, mais do que a família.”*<sup>14</sup>

A partir do século XVIII a família torna-se um lugar comum, a afetividade acumulou-se dentro da família, criando um meio fechado de alta densidade

<sup>13</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 234.

<sup>14</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 270 e 271.

sentimental. As crianças passam a ser demasiadamente amadas, nunca independentes nem negligenciadas, sempre submetidas a uma atenção apaixonada. O sentimento que coloniza a família teve por efeito desenvolver o espírito da prudência, do cálculo, organização do futuro e por conseqüência favorecer o controle dos nascimentos.

A burguesia institui-se como modelo social básico, onde o domínio das relações está no Estado. A educação é religiosa e reprime as emoções e sentimentos, até este século a adolescência foi confundida com a infância.

Durante a Revolução Francesa, as fronteiras entre a vida privada e pública mostraram uma grande flutuação. O espírito público invadiu os domínios habitualmente privados da vida. O domínio da vida pública ampliou-se de maneira constante, preparando o movimento romântico do fechamento do indivíduo sobre si mesmo e da dedicação à família, num espaço doméstico determinado com uma maior precisão.

A concepção de mulher, talhada especialmente para o mundo privado, é a mesma em quase todos os círculos intelectuais do final do século XVIII. Porém a Revolução dá um impulso a essa evolução decisiva das relações entre os sexos e na concepção de família. A mulher, até então símbolo da fragilidade, que devia ser protegida do mundo exterior (público) e ficar confinada em espaços privados (casa) torna-se determinante para a figura da família. Pois é ela que, com a Revolução, vai assumir o lugar do homem para sustentar a casa e os filhos, ela pegará em armas para defender-se e defender sua família.

A partir do século XIX a família transforma-se num espaço cada vez mais privado, fechado à comunidade, onde as relações afetivas se concentram e intensificam. Com a Revolução Industrial a família passa a gerir as emoções, os sentimentos e a educação das crianças. A família do século XIX foi um refúgio, um lugar seguro das agressões de um mundo hostil.

Na família burguesa, a troca de carinhos entre pais e filhos é tolerada e até desejada. Os mimos e afagos fazem parte do clima favorável do desenvolvimento da criança.

Figura de proa da família e da sociedade civil, o pai domina com toda a sua estatura a história da vida privada oitocentista. As decisões fundamentais cabem à ele, ele é o senhor da casa. O poder paterno é a forma suprema do poder masculino, exercido sobre todos e ainda mais sobre os fracos,

dominados e protegidos. *“...o homem era superior, e portanto cabia a ele exercer a autoridade. (...) As mulheres estejam sujeitas aos seus maridos como ao Senhor, porque o homem é a cabeça da mulher, como Cristo é a cabeça da Igreja (...) Como a Igreja está sujeita a Cristo, estejam as mulheres em tudo sujeitas aos seus maridos.”*<sup>15</sup>

A sociedade do século XIX e início do século XX torna-se “familista”, a casa é um reduto privilegiado da afetividade e dos sentimentos. Mas ao longo do século XX e desde a Segunda Guerra Mundial, o equilíbrio rompeu-se e a sociedade invade todo o espaço privado, ao mesmo tempo que os interesses privados invadem a sociedade. Porém, a família ainda mantém suas funções e resiste. *“Na realidade, a família é o primeiro refúgio em que o indivíduo ameaçado se protege durante os períodos de enfraquecimento do Estado.”*<sup>16</sup>

Atualmente, devemos considerar a valorização pela infância dentro das concepções e dos padrões de família dos países ocidentais. O número reduzido de filhos favorece o “investimento” nas crianças, aumentando o número de filhos únicos que constituem o centro da vida afetiva de seus pais.

Observamos aqui, as principais mudanças ocorridas na família desde as sociedades antigas até hoje. Ela, que inicialmente tinha como unidade fundamental da sociedade a comunidade, e que depois, passou a se fechar cada vez mais para dentro de si mesma. E hoje, a família que temos, é fechada, onde pais e filhos vivem juntos e constituem a unidade fundamental familiar. Também vimos que essas mudanças na constituição da família contribuíram para as mudanças na concepção de infância. As crianças que foram, durante certo tempo, negligenciadas, passaram a ser cada vez mais amadas.

Acreditamos que hoje, a preocupação da família centra-se na criança, no seu bem-estar, em seu desenvolvimento e principalmente, no seu futuro. Mas não podemos generalizar essa constante preocupação da família em relação à criança a toda sociedade brasileira, pois como sabemos, uma boa relação entre pais e filhos depende de uma relação material, econômica, política e social bem estruturada. E essa não é a realidade da sociedade brasileira.

<sup>15</sup> ARAÚJO, Emanuel. “A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia” in DEL PRIORE, M. (org.), 1997, pg. 46.

<sup>16</sup> ARIES, P. Op. cit., pg. 213.

Apenas em algumas classes sociais, como a classe média por exemplo, as famílias possuem condições para dedicar todo investimento que dispõem na educação e desenvolvimento de seus filhos. As trocas afetivas, beijos e abraços, são mais comuns e fáceis de serem observados do que antigamente, pois a família de hoje, não mais negligencia seus filhos nem poupa-se de lhes demonstrar amor. Mas, como mencionamos anteriormente, não podemos generalizar isso a toda sociedade brasileira.

## **1.2 Escola e Educação**

Falaremos aqui sobre como a evolução da escola liga-se as mudanças ocorridas na família e na infância.

De acordo com Ariès, “...essa evolução da instituição escolar está ligada a uma evolução paralela do sentimento das idades e da infância.”<sup>17</sup>. No século XV e XVI o colégio abriu-se para um número crescente de leigos, nobres e burgueses, e também para as famílias mais populares. Foi então que o colégio tornou-se uma instituição essencial da sociedade, onde uma disciplina rigorosa, com classes numerosas, formaria todas as gerações instruídas do Antigo Regime.

No século XV a escola deixa de ser reservada aos clérigos e torna-se o instrumento normal da iniciação social. Essa revolução correspondeu a uma necessidade de rigor moral da parte dos educadores, a uma preocupação de isolar a juventude do mundo dos adultos para mantê-la na primitiva inocência e treiná-la para melhor resistir às tentações dos adultos. Correspondeu também a uma preocupação dos pais de vigiar seus filhos mais de perto. Essa substituição da aprendizagem pela escola exprime a aproximação da família e das crianças; a família concentrou-se em torno da criança.

A família tornou-se o lugar de uma afeição necessária aos cônjuges e, entre pais e filhos, algo que não existia antes. Essa afeição exprimiu-se sobretudo através da importância atribuída à educação; a escola aproxima a família da criança. “A escola deixou de ser reservada ao clérigos para se tornar

---

<sup>17</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 170.

*o instrumento normal da iniciação social, da passagem do estado da infância ao do adulto. ... ela correspondeu também a uma preocupação dos pais de vigiar seus filhos mais de perto, de ficar mais perto deles e de não abandoná-los mais, mesmo temporariamente, aos cuidados de uma outra família. A substituição da aprendizagem pela escola exprime também uma aproximação da família e das crianças, do sentimento de família e do sentimento de infância, outrora separados.”<sup>18</sup>*

Neste século, de um infanticídio secretamente admitido passou-se a um respeito cada vez mais exigente pela vida da criança. Tudo indica que a idade de 7 anos marcava uma etapa de certa importância, pois é nesta idade que a criança entrava na escola ou começava a trabalhar. Vale lembrar que assim que a criança entrava na escola, ela passava imediatamente para o mundo dos adultos.

*“As coisas mudam quando se aproxima seu sétimo aniversário: abandona o traje da infância e sua educação é entregue então aos cuidados dos homens (...) Tenta-se então fazê-lo abandonar os brinquedos da primeira infância, essencialmente as brincadeiras de bonecas: ‘Não deveis mais brincar com esses brinquedinhos, nem brincar de carreteiro: agora sois um menino grande, não sois mais criança.”<sup>19</sup>*

As meninas do século XVI tinham uma educação que as treinava para que se comportassem desde muito cedo como adultas, além da aprendizagem doméstica elas não recebiam nenhuma educação. Nas famílias em que os meninos iam ao colégio, elas não aprendiam nada. As mulheres mal sabiam ler e escrever, eram semi-analfabetas. Por isso criou-se o hábito de enviar as meninas para conventos onde elas acompanhavam os exercícios devotos e recebiam uma instrução exclusivamente religiosa.

Os educadores do século XVI eram mais tolerantes, pois tinham uma liberdade de linguagem muito natural com seus alunos. Mas no final deste século ocorre uma mudança bem nítida, (...) *certos educadores, que iriam adquirir autoridade e impor definitivamente suas concepções e seus escrúpulos, passaram a não tolerar mais que se desse às crianças livros duvidosos. Nasceu*

<sup>18</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 231 e 232.

<sup>19</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 87.

*então a idéia de se fornecer às crianças edições expurgadas de clássicos. Essa foi uma etapa muito importante. É dessa época realmente que podemos datar o respeito pela infância.”<sup>20</sup>*

No início do século XVII surge uma literatura pedagógica destinada aos pais e educadores. Foi nessa época que começou-se realmente a falar da fragilidade e debilidade da infância. Antes a infância era considerada um período de transição rápida e sem importância, por isso ignorada. Essa ênfase dada ao lado desprezível da infância talvez tenha sido uma consequência do espírito clássico e de sua insistência na razão, mas foi, acima de tudo, uma reação contra a importância que a criança havia adquirido dentro da família.

Segundo Ariès<sup>21</sup>, a literatura do final deste século foi dominada pela concepção de que a educação era uma obrigação humana e, esta concepção reagia ao mesmo tempo contra a indiferença pela infância e contra ao sentimento de que a criança era um brinquedo do adulto e cultivava seus caprichos. Ainda neste século as meninas eram educadas em casa e, em algumas exceções eram enviadas às “pequenas escolas” ou aos conventos. No caso dos meninos a escolarização estendeu-se primeiro à camada média da hierarquia social.

Ariès também nos mostra que, no século XVII a escola substitui a aprendizagem como meio de educação. A criança deixa de ser misturada aos adultos e de aprender a vida diretamente através do contato com eles. A criança portanto é separada dos adultos e mantida à distância, numa espécie de quarentena; num processo entendido como escolarização. Essa separação de crianças é uma das faces do grande momento de moralização dos homens, promovido pelos reformadores católicos e protestantes ligados à Igreja, às leis e ao Estado.

No século XVII a família européia começa a centrar-se em torno da criança e, esta começa a ser enviada para os colégios. As meninas eram educadas dentro de casa ou na casa de outras pessoas, apenas em algumas raras exceções eram enviadas às “pequenas escolas” ou para conventos. Já os meninos iam morar num pensionato particular ou na casa do mestre, fazendo

---

<sup>20</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 135.

<sup>21</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 138.

com que os laços afetivos se estreitassem. O mestre intervinha para evitar visitas muito freqüentes às famílias. Essa escolarização estendeu-se primeiro à camada média da hierarquia social. A alta nobreza e os artesãos permaneceram fiéis ao modo da antiga aprendizagem.

De acordo com Ariès<sup>22</sup> até o meio do século XVII a primeira infância terminava entre os 5-6 anos, quando o menino então deixava sua mãe e criadas, aos 7 anos ele podia entrar para o colégio. As crianças de até 10 anos eram mantidas fora do colégio, pois desta forma conseguia-se separar a primeira infância, que durava até os 9-10 anos, de uma infância escolar que começava nessa idade.

A mistura de idades persistiu até os séculos XVII e XVIII, onde as crianças de 10-14 anos, adolescentes de 15-18 e rapazes de 19-25 freqüentavam as mesmas classes. Só no fim do século XIX que as idades passaram a ser separadas, isso devido a difusão da burguesia, de um ensino superior: universidades ou grandes escolas. Durante muito tempo a escola permaneceu indiferente à repartição e à distinção das idades, pois seu objetivo essencial não era a educação da infância. Os humanistas do Renascimento assim como os pedagogos da Idade Média confundiram educação com cultura e, estenderam a educação a toda a duração da vida humana, sem dar valor a infância e a juventude, sem especializar a participação das idades.

*“Podemos constatar, entretanto, que os alunos iniciantes geralmente tinham cerca de 10 anos. Mas seus contemporâneos não prestavam atenção nisso e achavam natural que um adulto desejoso de aprender se misturasse a um auditório infantil, pois o que importava era a matéria ensinada, qualquer que fosse a idade dos alunos. Um adulto podia ouvir a leitura do livro de Donat no mesmo momento em que um menino precoce repetia o Organon: não havia nisso nada de estranho.”*<sup>23</sup>

A partir do século XV, sobretudo nos séculos XVI e XVII, o colégio passa a dedicar-se essencialmente à educação e a formação da juventude. No fim do século XVIII o ciclo escolar era bastante semelhante ao século XIX; 4 ou 5 no mínimo. O núcleo da população escolar era constituído principalmente por

<sup>22</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 176.

<sup>23</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 167.

famílias burguesas, juristas e eclesiásticos. Mas havia nobres que não freqüentavam a escola e artesãos e camponeses que o faziam. As escolas populares estavam cheias de pequenos burgueses, assim como as classes inferiores dos colégios estavam cheias de pequenos artesãos e camponeses.

Ariès<sup>24</sup> nos mostra que, a partir do século XVIII, a escola foi substituída por um sistema de ensino duplo, em que cada ramo correspondia a uma condição social: o colégio para os burgueses (o secundário) e a escola para o povo (primário). O primário durante muito tempo foi um ensino curto e o secundário um ensino longo.

Desde o começo do século XIX foram fundadas muitas escolas, que formaram os rapazes e os iniciaram no futuro papel de “capitães da indústria”. As moças por sua vez, eram sempre educadas em casa.

O desenvolvimento da instituição escolar é uma das principais características da evolução social na segunda metade do século XVII. A liberalização da educação familiar faz com que a família transfira para a escola o aprendizado da vida em sociedade. A escola recebe a incumbência de ensinar os filhos a respeitar as obrigações do tempo e do espaço, as regras que permitem viver em comum e encontrar a relação justa e adequada com os demais. E essa socialização não diz respeito apenas aos anos de adolescência: toda a escolarização concorre para ela.

Essa rápida evolução traduz o fechamento da família na vida privada. Se a família é substituída pela escola, no papel de educar e socializar a criança, com seu próprio consentimento, é porque ela tem consciência de uma incapacidade estatutária: como toda educação é educação para a vida pública, a família, ao tornar-se privada, deixa de ser plenamente educativa. Os pais constataam o fato à sua maneira, mais concreta, ao dizer que não sabem como entreter os filhos.

O aumento da escolarização causou mudanças profundas pois, mais do que uma socialização dos aprendizados, é um aprendizado da sociedade. Antes, esse aprendizado dava-se dentro da família e, esta podia ser definida como célula base da sociedade. A autoridade dos pais tornou-se arbitrária e,

---

<sup>24</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 192.

deixando de ser uma orientação dada a tarefas familiares indiscutíveis, ela passa a se exercer no vazio.

Os pais de antigamente eram autoritários, não davam liberdade para que seus filhos se expressassem como os pais de hoje fazem ao manter um diálogo aberto e igual com seus filhos. Mas essa autoridade era mantida tanto por costume quanto por necessidade; quando vinha uma tempestade eles não iam perguntar a opinião dos filhos antes de mandar recolher o feno e, é claro que alguém precisava buscar água e lenha. A necessidade é que fazia a lei.

O filho, no século XIX, ocupa mais do que nunca o centro da família. É o objeto de todos os tipos de investimento: afetivo, econômico, educativo, existencial. Como herdeiro ele é o futuro da família, sua imagem sonhada e projetada, sua forma de lutar contra o tempo e a morte. *“Toda a energia do grupo é consumida na proporção das crianças, cada uma em particular, e sem nenhuma ambição coletiva: as crianças, mais do que a família.”*<sup>25</sup>

De fato, o filho não pertence apenas aos pais; ele é o futuro da nação, produtor, reproduzidor, cidadão e soldado do amanhã, é ele quem deverá manter sua família, mas isso não é a realidade do Brasil hoje. Pois como sabemos, dentre toda sociedade brasileira, apenas algumas classes sociais, como a classe média, possuem meios para investir na educação de seus filhos e, para que esses tenham condições de tornarem-se independentes financeiramente e talvez, mais tarde, manter sua família.

A evolução da instituição escolar e a educação estão ligadas à evolução do sentimento da infância. Podemos perceber que havia diferenças significativas na educação de meninas e meninos. As meninas, educadas para serem esposas, os meninos para serem os chefes do lar. Percebemos também que, com a evolução da família, que começa a centrar-se cada vez mais na criança, a escolarização passa a ser também cada vez mais importante e significativa, isso porque a escola aproxima pais e filhos. É a escola, que até hoje, garante aos pais permanecer mais tempo junto aos filhos. Pois a escola, como já dissemos, aproxima a família na medida que os pais não querem mais abandonar seus filhos, nem deixá-los aos cuidados de outra família. Os pais

---

<sup>25</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 271.

querem passar mais tempo junto de seus filhos, querem protegê-lo, querem estar perto. A família agora centra-se em torno da criança.

### 1.3 Refletindo sobre a Infância

Abordaremos aqui o conceito de infância, falaremos sobre o que é, e o que significa a infância. É impossível determinar um único conceito de infância, pois a concepção que se têm de infância vem sofrendo transformações ao longo do tempo conforme a época e o contexto histórico a que se insere.

Ariès<sup>26</sup> nos mostra que na sociedade medieval o sentimento de infância não existia – o que não quer dizer que as crianças fossem negligenciadas, abandonadas e desprezadas. O sentimento não significa o mesmo que afeição pelas crianças: corresponde à consciência da particularidade infantil, essa particularidade que distingue essencialmente a criança do adulto e do jovem; mas essa condição não existia. Ariès<sup>27</sup> também nos chama a atenção para o infanticídio tolerado que persistiu até o final do século XVII na Europa. O infanticídio era severamente punido mas comumente praticado, desde que aparecesse como forma de acidente; as crianças morriam asfixiadas, naturalmente na cama dos pais onde dormiam. Não se fazia nada para conservá-las ou salvá-las. *“Durante a Idade Média, a criança só tinha interesse iconográfico na medida em que simbolizava a estrutura do mundo, a santidade, a morte, o tempo.”*<sup>28</sup>

Na Europa, nos séculos XVI e XVII, o sentimento da família que emerge é inseparável do sentimento da infância. O interesse pela infância é uma forma de expressão do sentimento da família. É no século XVII que a criança começa a existir como objeto de conhecimento e afeto. Porém, a duração da infância era curta, tão logo a criança adquirisse habilidade física, era misturada aos adultos e partilhava de seus trabalhos e jogos. Havia, porém, um sentimento superficial para com a criança, chamado “paparicação”, este era reservado para a criança em seus primeiros anos de vida, enquanto ela era “pequenina” e

<sup>26</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 156.

<sup>27</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 17.

<sup>28</sup> CHARLOT, B. *A Mistificação Pedagógica*, 1983, pg. 100.

“engraçadinha”. Ela divertia e alegrava os adultos, mas se morresse, alguns podiam até sentir-se desolados, mas a regra social era não fazer muito caso, pois logo ela seria substituída por outra criança.

*“Até o século XVII, com efeito, o amor dos filhos não era coisa óbvia: basta lembrar o renascentista Montaigne, que diz ter perdido ‘duas ou três crianças’ em tenra idade. Um pai assim podia nem mesmo recordar quantos filhos teve; e notemos que se trata, não de natimortos, mas de crianças que viveram um, dois ou três anos. Os pequenos oscilam então entre o mundo dos animais e o dos adultos. São tratados com o descaso devido aos primeiros, ou, se receberam consideração, é como adultos em miniatura. Nem se imagina então o que será uma das grandes descobertas do século XVIII: a existência de um mundo próprio e autônomo de infância.”*<sup>29</sup>

Ainda neste período, a criança aprendia através da prática, toda educação fazia-se através da aprendizagem. Elas não eram conservadas em casa, suas famílias enviavam-nas à outras famílias para que com elas morassem e começassem suas vidas, e para que nesse novo ambiente aprendessem algum ofício. A família era portanto uma realidade muito mais moral e social do que sentimental.

A partir dos séculos XV e XVI os serviços domésticos começaram a ser distinguidos, pois até então eles eram uma forma muito comum de educação. O serviço de mesa por exemplo, continuou a ser tarefa dos filhos das famílias e não dos empregados pagos. Estes serviços eram realizados pelas crianças, chamadas de aprendizes, e por empregados pagos, sem existir diferença entre eles. A aprendizagem era transmitida de geração para geração.

Podemos perceber que o nascimento do sentimento de família e de infância só surgirá quando os adultos passarem a investir em seus filhos como um bem que precisa ser cuidado e protegido. Também podemos dizer que, ao pensarmos em infância, conseguimos defini-la como um conceito que é tanto cultural, portanto construído, quanto biológico.

*“... nosso pressuposto é que ‘a criança’ é de alguma forma constituída historicamente (...) Se nada na história é dado por natureza, nem o amor do pai*

---

<sup>29</sup> RIBEIRO, Renato Janine. “O Poder de Infantilizar” in GHIRALDELLI, Paulo Jr. (org.) Infância, Escola e Modernidade, 1997, pg. 102.

*ao filho, ... nenhuma destas formas de afeto ou poder é natural. Todas foram construídas, ainda que inconscientemente, pelos homens. (...) a constituição da criança como alvo de um investimento afetivo, o qual, ao mesmo tempo que percebemos como construído historicamente, é apresentado como natural e tem de sê-lo.”*<sup>30</sup>

A infância é cultural e histórica pois como percebemos, ela foi e continua sendo construída. Os homens da Idade Média não viam a criança como nós hoje. Para eles, elas eram pequenos adultos, para nós precisam ser protegidas e poupadas de todos os males da sociedade.

Continuando por definir infância, *“..a palavra infância não remete primeiro a certa idade, mas sim àquilo que caracteriza o início da vida humana: a incapacidade, mais a ausência da fala (do verbo latim fari, falar, dizer, e do seu particípio presente fans). A criança, o in-fans, é primeiro aquele que não fala. (...) A infância se assemelha aqui, ... à tradição histórica. Ambas já existem antes de chegarmos à razão, nelas nascemos e crescemos, ambas são por assim dizer, um mal necessário. Necessário porque o ser humano não é nenhum deus, mas é defeituoso, fraco, falho, precisa portanto do socorro dos outros para se desenvolver.”*<sup>31</sup>

A criança depende do adulto, do pai e da mãe, para crescer e se desenvolver. Ela é indefesa, precisa de cuidados quando está doente, precisa ser alimentada, necessita de estímulos e carinho. Mas não foi sempre assim, Ariès nos mostra que *“ ... na maior parte da História, crianças com mais de 7 anos foram tratadas como pequenos adultos. Vestiam-se como eles, faziam os mesmos trabalhos e ingressavam na comunidade sexual dos adultos quando tinham idade inferior à dos garotos e garotas de hoje.”*<sup>32</sup>

Segundo Charlot<sup>33</sup> a criança é totalmente submissa ao adulto, a tal ponto que em numerosas sociedades os pais tinham sobre os filhos direito de vida e de morte. *“O adulto exerce sobre a criança uma autoridade constante. A criança é submissa aos pais, que a alimentam e fiscalizam todas as suas relações com*

<sup>30</sup> RIBEIRO, Renato Janine. Op. cit., pg. 101, 108 e 103.

<sup>31</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. “Infância e Pensamento” in GHIRALDELLI, Paulo Jr. (org.) Infância, Escola e Modernidade, 1997, pg. 87 e 90.

<sup>32</sup> Jornal O Estado de São Paulo, 25/05/98, pg. 10.

<sup>33</sup> Charlot, B. Op. cit., pg. 103.

a sociedade. (...) O adulto transforma, assim, a dependência social da criança em dependência natural.”<sup>34</sup>

Como acabamos de ver, a infância é um conceito histórico – cultural e biológico. Biológico porque “...ao nascer, a criança é fisiologicamente incapaz de bastar a si mesma, vai desenvolver-se e adquirir novos poderes. A fraqueza, a falta de acabamento, a dependência da criança são portanto, efetivamente, conseqüências de sua condição biológica ao nascer. Mas a criança nasce e se desenvolve num meio social. Não é apenas biologicamente que a criança é fraca; é também socialmente, isto é, com relação ao adulto e às condições da vida em sociedade. Da mesma forma, a idéia de falta de acabamento adquire um sentido social quando compara o que a criança é com o que se deve tomar, isto é, com o adulto. Da mesma forma ainda, dizer que a criança é desprovida de tudo é também pensar que ela não possui os meios de que dispõe o adulto para viver em sociedade. O critério biológico não basta, portanto. Num meio inteiramente socializado, as determinações biológicas da infância tomam um sentido social, sem com isso perder sua significação biológica. Assim, a impotência fisiológica da criança é fonte de relações afetivas e sociais com os adultos que cuidam dela e a protegem.”<sup>35</sup>

A criança portanto, se pensarmos nela de forma isolada, não sobreviveria sem a intervenção do adulto, pois nos seus primeiros meses de vida por exemplo, ela exige e necessita de cuidados especiais, por isso não conseguiria sobreviver estando completamente sozinha. A criança toma o adulto como modelo, ela o imita, ao mesmo tempo que, ao crescer, precisa conquistar sua autonomia, ela é o reflexo daquilo que o adulto e a sociedade esperam dela.

“...a infância, origem individual do homem, representa igualmente o estado originário da humanidade e exprime, assim, os traços essenciais da natureza humana. (...) O adulto deseja, ao mesmo tempo, tomar a criança independente e conservá-la sob sua dependência, valorizar a criança e se valorizar em face dela. (...) A criança é, assim, o reflexo do que o adulto e a sociedade querem que ela seja e que ela se torne, isto é, do que o adulto e a

<sup>34</sup> CHARLOT, B. Op. cit., pg. 110.

<sup>35</sup> CHARLOT, B. Op. cit., pg. 105.

*sociedade querem eles próprios, ser e temem tornar-se. (...) A imagem da criança é, portanto, a imagem elaborada por um adulto e por uma sociedade que se projetam na criança, de uma criança que se procura identificar com o modelo criado por essa projeção. Compreende-se bem, portanto, que essa imagem evolua historicamente.”*<sup>36</sup>

Segundo Ariès<sup>37</sup>, as idades da vida correspondiam a funções sociais, e a idéia de infância estava ligada à idéia de dependência, só se saía da infância ao sair da dependência. Isso porque o primeiro tipo de relação entre a criança e o adulto é econômica, é o adulto quem cuida e alimenta a criança, por isso ela é dependente. Ele também nos mostra que, somente depois de uma longa evolução, o sentimento da infância efetivamente arraigou-se nas mentalidades de toda uma sociedade. Foi a partir do início do século XVII, que os adultos modificam sua concepção da infância e começam a lhe conceder uma atenção especial, porém isso ainda não significa que a criança tenha um lugar privilegiado na família.

Observando a sociedade brasileira, Mattoso<sup>38</sup> mostra-nos que no Brasil, o sentimento de infância surge na colônia, mas é praticamente impossível determiná-lo no interior da sociedade. As crianças tinham (e têm) modos de vida e de inserção social completamente diferentes umas das outras, diferentes graus de valorização da infância pelo adulto; por isso é inadequado supor um conceito de infância homogêneo, único e universal.

No período colonial por exemplo, de acordo com Kátia de Queirós<sup>39</sup>, as idades da vida que correspondem as categorias de infância, adolescência, idade adulta e velhice são as mesmas para a população livre e para a população escrava. Porém há uma diferença entre a função social desempenhada por essas categorias de idade; a criança branca e até mesmo a negra livre, podem protelar seu ingresso para a vida adulta enquanto, a criança escrava, quando atinge certa idade, entra compulsoriamente no mundo do trabalho.

A idéia de infância não existiu sempre, nem da mesma maneira. O

<sup>36</sup> CHARLOT, B. Op. cit., pg. 101, 103 e 109.

<sup>37</sup> ARIÈS, P. Op. cit., pg. 42.

<sup>38</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. “O Filho da Escrava” in DEL PRIORE, M. (org.), 1996, pg. 78.

<sup>39</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. Op. cit., pg. 78.

surgimento da idéia, do conceito de infância, aparece com a sociedade capitalista, urbano-industrial, na medida em que mudam a inserção e o papel social da criança na comunidade. Este conceito, é portanto, determinado historicamente pela modificação das formas de organização da sociedade.

*“...o simples questionamento da noção de infância, já é salutar em si, pois nos lembra, nas pegadas do historiador francês Philippe Ariès, que essa noção de uma idade profundamente diferente – e a ser respeitada em suas diferenças – da idade e da vida adultas, que essa idéia é relativamente nova. Sua emergência é geralmente localizada no século XVIII, com o triunfo do individualismo burguês no Ocidente e seus ideais de felicidade e emancipação.”<sup>40</sup>*

A idéia de uma infância universal foi divulgada pelas classes sociais dominantes, tendo como base um modelo padrão de criança, justamente a partir dos critérios de idade e dependência do adulto, características de um tipo específico de papel social por ela assumido no interior das classes.

*“O sentimento moderno de infância corresponde a duas atitudes contraditórias que caracterizam o comportamento dos adultos até os dias de hoje: uma considera a criança ingênua, inocente e graciosa e é traduzida “pela paparicação” dos adultos; e outra surge simultaneamente à primeira, mas se contrapõe a ela, tomando a criança como um ser imperfeito e incompleto, que necessita de “moralização” e da educação feita pelo adulto.”<sup>41</sup>*

Kramer<sup>42</sup> mostra-nos que, o sentimento de infância resulta numa dupla atitude com relação à criança: preservá-la e fortalecê-la. As noções de inocência e razão são os elementos básicos que fundamentam o conceito de criança que persiste até hoje, considera-se que todas as crianças são iguais. Esse conceito único corresponde a um ideal de criança abstrato, mas que concretiza-se na criança burguesa.

Stephanie Coontz<sup>43</sup>, nos conta que durante grande parte da História, as crianças não foram excluídas do conhecimento e da participação no mundo dos

<sup>40</sup> GAGNEBIN, Jeanne Marie. Op. cit., pg. 83.

<sup>41</sup> KRAMER, S. A Política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce, 1995, pg. 18.

<sup>42</sup> KRAMER, S. Op. cit., pg. 18.

<sup>43</sup> Jornal O Estado de São Paulo, 25/05/98, pg. 10.

adultos. E que hoje, tentamos excluí-las da participação, mas não conseguimos excluí-las do conhecimento.

A partir do momento em que o trabalho deixa de ser domiciliar e as famílias começam a se dispersarem e se deslocarem, a infância passa a ser percebida e a ser visível, pois a família começa a ter dificuldades para administrar o desenvolvimento de seus filhos menores. Hoje, as questões referidas ao conceito de infância são estudadas de acordo com a realidade histórica em que a criança está inserida.

No mundo que vivemos agora, com o grande número de atividades, informações e responsabilidades, estamos transformando crianças em adultos mirins. *“A infância é menos aproveitada do que antigamente. O estilo de vida nas grandes cidades é um dos responsáveis por essa transformação. Para não deixar os filhos na frente de uma televisão ou sob cuidados da empregada doméstica, os pais acabam dando a eles atividades programadas, sempre sob a supervisão de um adulto. (...) Por causa da melhor nutrição e assistência médica, as crianças crescem mais rápido e entram em contato com as verdades do mundo em um ritmo mais acelerado. Antes, os pais podiam controlar o que as crianças deviam ver e conhecer. Agora, coma a TV e as crianças do segundo ano usando a Internet, isso é quase impossível.”*<sup>44</sup>

De acordo com Ghiraldelli<sup>45</sup> hoje o sujeito moderno é apresentado como um sujeito reduzido; o indivíduo como consumidor, o corpo tornou-se o lugar da identidade pessoal. Somos corpo e o próprio corpo transforma-se em objeto de consumo. Somos todos então: corpo – que – consome – corpo.

*“A noção de infância se altera significativamente. Ser criança é ter um corpo que consome coisas de criança. Que coisas são estas? Primeiro, coisas que a mídia define como tendo sido feitas para o corpo da criança. Segundo, coisas que ela define como sendo próprias do corpo de criança. Respectivamente: por um lado, bolachas, danoninhos, sucos, roupas, aparatos para jogos etc., por outro, gestos, comportamentos, posturas corporais, expressões etc. Ser criança é algo definido pela mídia, na medida em que se possui o corpo – que – consome – corpo. A infância deixa de ser uma fase*

<sup>44</sup> Jornal O Estado de São Paulo, 25/05/98, pg. 10.

<sup>45</sup> GHIRALDELLI, Paulo Jr. (org.) *Infância, Educação e Neoliberalismo*, 1996, pg. 36 e 37.

*natural da vida humana e passa a seu um flash corporal autorizado pela mídia. Um flash que busca, nos segundos que dura – repetidos a cada comercial de TV – recriar a criança como indivíduo, como ser livre.”<sup>46</sup>*

Podemos concluir que, o conceito de infância é construído histórica e culturalmente e vem de como o adulto considera, julga e vê a criança. Conforme o tempo foi passando, a mentalidade do homem foi mudando e, por conseqüência, sua forma de ver a criança. Mas essas mudanças na mentalidade do homem são fruto de mudanças históricas, mudanças que alteraram e transformaram a sociedade. Por isso, o sentimento de infância que nasce no século XVI na Europa, não é o mesmo nem tem o mesmo significado, que para nós hoje, ou para a atual sociedade européia. O tempo, a sociedade, a política e a economia são determinantes nas principais mudanças sociais, pois tudo é um conjunto, e sendo um conjunto, as mudanças afetam todas as áreas da sociedade.

A criança é o reflexo do que o adulto e a sociedade querem e esperam que ela seja pois, tanto a sociedade quanto o homem projetam-se na criança. Mas é impossível falar em infância, em criança nos dias atuais, sem falar do papel da mídia.

A mídia hoje, exerce um poder extraordinário na sociedade. Ela é fonte de “transmissão do saber”, de consumo e de modelos de vida. A criança está portanto, perdida nesse meio, onde ela absorve o que vê, mas não consegue discernir se é bom ou não para ela. Se por um lado ela encontra na TV, diversão e adquire algum conhecimento. Por outro, essa mesma TV influencia seus desejos e vontades. A criança se veste de acordo com o que vê na televisão, pede aos pais os discos das músicas que ouve na TV, exige aquele brinquedo que apareceu em tal comercial.

Com tudo isso, a infância hoje tem durado cada vez menos. As crianças querem crescer rápido para poderem ter mais liberdade. Os pais, por um lado querem manter seus filhos na primitiva inocência e dependência, e por outro, querem que eles tornem-se independentes o quanto antes. Percebemos que as crianças tem se tornado, cada vez mais rápido, adultos mirins. Com isso, a

---

<sup>46</sup> GHIRALDELLI, Paulo Jr. (org.) Infância, Educação e Neoliberalismo, 1996, pg. 38.

infância perde-se em algum lugar no tempo e resta ao adulto agora, tentar encontrá-la.

## **2. INFÂNCIAS E MODO DE VIDA NOS PRIMÓRDIOS DA SOCIEDADE BRASILEIRA**

Neste capítulo discorreremos sobre os quatro tipos de infância que consideramos mais significativos no início da sociedade brasileira.

Abordaremos a infância indígena, mas para não falarmos sobre todas as comunidades indígenas, nos centramos na infância tupinambá. Tratamos do cotidiano das famílias na Colônia e, da forma como era tratada a infância, principalmente sobre a ótica da roda dos expostos. Também abordamos a infância das crianças escravas e das crianças que eram operárias no interior das fábricas.

Para uma melhor compreensão e entendimento desses temas, dividimos este capítulo em cinco subtítulos, são eles; A criança tupinambá, Família e cotidiano, A roda dos expostos, A criança escrava e, A criança da fábrica.

### **2.1 A Criança Tupinambá**

Falaremos sobre a infância indígena mas, como nosso objetivo não consiste em explanar sobre todas as infâncias e diferentes comunidades indígenas, nos atemos à infância tupinambá, pois esta é uma comunidade indígena bastante tratada nos livros. Poderemos notar no decorrer deste texto que, todas as diferenças entre brancos e índios foram consideradas desvios da fé, falta de união familiar, “desprezo” pela criança, etc., isso porque o olhar do homem branco não compreendeu e tão pouco aceitou essas diferenças culturais. Não podemos esquecer que esse olhar, “chocado” com essa diferente forma de vida dos índios, pertence ao homem branco, que é europeu e cristão.

De acordo com Raminelli<sup>47</sup> a cultura indígena foi descrita a partir do princípio de que os brancos eram os eleitos de Deus, e portanto, superiores aos povos do novo continente. As diferenças eram consideradas desvios da fé, como transgressões capazes de conduzir os índios ao inferno. Foi através da catequese e da colonização que os “selvagens” puderam sair deste estado primitivo e alcançar a civilização.

A infância tupinambá era marcada pela participação de toda a comunidade tribal, no nascimento de uma criança, todas as mulheres da tribo estavam presentes. A presença e a participação do pai também era muito importante, pois era ele que, nos partos mais complicados, comprimia o ventre da esposa para apressar o nascimento. Quando o filho nascido era menino, o cordão umbilical era cortado pelo pai, quando era uma menina, esta recebia os primeiros cuidados da própria mãe.

Logo após o parto, a criança era lavada, banhada no rio e, neste momento o pai ou o compadre achatam-lhe o nariz para moldá-lo na forma achatada, costume este comum entre os índios. Também é pintada de preto e vermelho, para assim estar pronta para a cerimônia de bom presságio, cuja intenção era abrir os caminhos para o futuro guerreiro e para favorecer o desenvolvimento de uma mulher forte e sadia. O menino recebia um pequeno tacape (arma), um arco e flechas do pai, na esperança de que viesse a ser um grande guerreiro. *“Durante os três dias que se seguiam ao parto, o pai permanecia ao lado da esposa e abstinha-se de comer qualquer tipo de carne, peixe e sal, alimentando-se apenas de farinha d’água, chamada de ouic. No resguardo tupinambá, os pais não executavam trabalho algum e esperavam o umbigo da criança cair; se isso não fosse feito, pais e filhos poderiam sentir thekéaip, nome tupinambá para cólicas.”*<sup>48</sup>

As mães tupinambás amamentavam seus filhos durante um ano e meio, levavam-nos carregados nas costas ou encaixados nos quadris, e mesmo com o trabalho que executavam na roça, elas não se separavam deles. As meninas eram amamentadas durante um período maior, às vezes sua amamentação prolongava-se um ano a mais em relação aos meninos, e, em alguns casos,

---

<sup>47</sup> RAMINELLI, Ronald. “Eva Tupinambá” in DEL PRIORE, M. (org.), 1997, pg. 11.

<sup>48</sup> RAMINELLI, Ronald. “Eva Tupinambá” in DEL PRIORE, M.(org.), 1997, pg. 13.

mamavam até os seis anos , embora comessem e comportassem-se como os demais. Mesmo com todos esses cuidados para com as crianças, de acordo com o olhar do europeu, o sentimento pela infância não existia nas comunidades indígenas, pois há relatos de que algumas índias enterravam vivos seus filhos quando estes a irritavam com seu choro durante a colheita, e que, quando os maridos adoeciam, as esposas matavam os filhos para alimentá-los, pois acreditavam que desta forma promoveriam o seu restabelecimento.

Raminelli<sup>49</sup> também mostra-nos que entre os tupinambás as relações de parentesco eram pouco rígidas, pois o casamento não era considerável indissolúvel ou perpétuo, o marido poderia expulsar a esposa e vice versa, quando ficassem fartos do convívio, a união portanto estaria desfeita e ambos poderiam procurar outros parceiros.

A educação indígena começa realmente a partir dos 7 anos de idade, pois anteriormente a esta idade, as crianças pouco diferenciam-se. Assim que a criança completasse 7 anos, iniciava-se a distinção entre os sexos e, sobretudo em relação às atitudes e deveres da idade. As meninas ajudavam a mãe a fiar e a amassar barro para o fabrico de panela, enquanto os meninos começavam a treinar a pontaria com o arco e flecha.

A partir dos 7 anos e até a idade de 15 anos, as meninas aprendiam todos os deveres da mulher; fiar, tecer, cuidar da roça, fabricar vinho e farinha, e preparar a comida. Já os meninos dedicavam-se à busca de comida para a família e a captura de animais. Após os 15 anos, as meninas eram consideradas mulheres completas, pois cuidavam da casa e aliviavam o trabalho das mães, iniciavam suas práticas sexuais e estavam prontas para casar.

Novaes<sup>50</sup> fala-nos sobre a importância das índias nos primeiros tempos da colonização, pois foram elas que ensinaram as mulheres dos colonos a socar o milho, a preparar a mandioca, traçar as fibras, fazer redes e moldar o barro. Nesta época o abastecimento era precário, mesmo chegando produtos de Portugal, estes ainda não eram suficientes e quase sempre faltava algo. Por

---

<sup>49</sup> RAMINELLI, R. Op. cit., pg. 18.

<sup>50</sup> NOVAES, F. História da Vida Privada no Brasil I: cotidiano e vida privada na América Portuguesa, 1997 (a).

isso foi necessário aos colonos aprender com os índios como proteger-se dos clima e dos animais, preparar os alimentos disponíveis e fabricar utensílios para seu uso pessoal.

Freyre<sup>51</sup> mostra-nos que nos primeiros dois séculos, os colégios dos jesuítas e, depois os seminários e colégios de padre foram os grandes focos de irradiação de cultura no Brasil colonial. Em São Paulo, no início do processo de colonização, a Igreja incentivou os religiosos a prestar serviços aos povos indígenas. O pioneiro na área de assistência foi o Padre Anchieta. Ele era mestre, padre, médico e assistente social, foi ele quem primeiramente ensinou a ler, escrever e a religião católica aos índios. Também prestou assistência aos pequenos índios abandonados e curou as crianças doentes.

Segundo Del Priore<sup>52</sup>, a atividade missionária tinha por objetivo primordial o esvaziamento da identidade indígena. *“Aos olhos dos jesuítas recém – chegados às Índias então descobertas, não só o cenário carecia de ordem que exprimisse a marca civilizatória da metrópole na colônia, mediante a instalação de vilas, erecção de capelas e a sementeira dos campos, mas as almas indígenas deviam ser ordenadas e adestradas para receber a sementeira da palavra de Deus. Transformação da paisagem natural e também transformação dos nativos em cristãos: esta era a missão.”*<sup>53</sup>

Percebemos aqui, que o objetivo dos jesuítas era mesmo o de conquistar a alma do indígena e mudar seus hábitos, pois segundo eles e, de acordo com a Igreja Católica, a fartura e a boa vida levavam à perdição da alma.

Os jesuítas fundaram as chamadas “casas de muchachos”, onde instruíam os princípios da fé e alfabetizavam as crianças índias. Essa casas deviam reproduzir em seus espaços as preocupações pedagógicas dos padres, suas salas deveriam atrair as crianças índias. Elas freqüentavam esta casa até a adolescência e, quando tornavam-se jovens, voltavam para suas casas e deixavam a “casa de muchachos”.

---

<sup>51</sup> FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*, 1975, pg. 412.

<sup>52</sup> DEL PRIORE, M. (org.), “O Papel Branco, a Infância e os Jesuítas na Colônia” in *História da Criança no Brasil*, 1996, pg. 16.

<sup>53</sup> DEL PRIORE, M. (org.), Op. cit., pg. 10.

*“A medida que as casas de muchachos organizavam-se e os meninos Índios tornavam-se bem instruídos em leitura, escrita e bons costumes, os jesuítas começavam a sublimar sua ojeriza à cultura autóctone.”<sup>54</sup>*

Percebemos que mesmo com a catequização os índios mantiveram suas tradições e que, os jesuítas, homens letrados, educadores e moralistas não souberam valorizar nem respeitar a cultura indígena.

*“Com a instrução européia desorganiza-se entre os indígenas da América a vida social e econômica; desfaz-se o equilíbrio nas relações do homem com o meio físico. ... Com a segregação dos indígenas em grandes aldeias parece-nos terem os jesuítas desenvolvido no seio das populações aborígenes uma das influências letais mais profundas. Era todo o ritmo de vida social que se alterava no índios. Os povos acostumados à vida dispersa e nômade sempre se degradam quando forçados à grande concentração e à sedentariedade absoluta.”<sup>55</sup>*

Os jesuítas, nos tempos da catequese, tentaram atenuar entre os índios o mau efeito do aumento da mortalidade infantil, causada talvez pelo contato e relações entre brancos e índios. *“...tudo fizeram para enfeitar ou embelezar a morte da criança. Não era nenhum pecador que morria, mas um anjo inocente que Nosso Senhor chamava para junto de si.”<sup>56</sup>*

Também foi através do menino indígena que, segundo Freyre<sup>57</sup> os padres recolheram material para a organização da língua tupi e, através da mulher, a transmissão da cultura indígena à brasileira.

O sistema jesuítico da catequese e civilização acarretou mudanças profundas na vida dos indígenas. Ao impor uma nova moral de família aos índios, onde o homem deveria sustentar sua mulher e filhos, os jesuítas acabaram destruindo o povo que queriam salvar. Isso porque, os índios sentiram-se presos a essa nova moral e, não tinham condições econômicas de se sustentarem. Muitos morreram contagiados pelas doenças trazidas pelos portugueses, além do aumento da mortalidade infantil causada pela miséria.

<sup>54</sup> DEL PRIORE, M. (org.), Op. cit., pg. 17.

<sup>55</sup> FREYRE, G. Op. cit., pg. 89 e 109.

<sup>56</sup> FREYRE, G. Op. cit., pg. 133.

<sup>57</sup> FREYRE, G. Op. cit., pg. 150.

Tudo isso, aos poucos, determinou o esfacelamento da família indígena e de sua cultura.

Assim, a cultura indígena foi sendo suprimida pela cultura européia, no momento em que seus valores e suas tradições começam a se perder no meio desta. A colonização objetivava transformar os índios, até então seres primitivos, em homens "cultos" e cristãos, na medida que impunha a absorção dos costumes europeus aos índios.

## **2.2 Família e Cotidiano**

Segundo Novaes<sup>58</sup>, nos três primeiros séculos da colonização, as pessoas que povoavam as vilas e cidades eram simples e pobres, além de viverem com poucos recursos. Ocasionalmente recebiam a visita dos proprietários de sítios e fazendas que procuravam abrigo e hospedagem passageira. Posteriormente, com o crescimento urbano e a diversidade econômica, a elite passou a ocupar os sobrados e vivendas.

A vida na colônia entre os séculos XVI e XVIII é marcada, na cidade, pela sociabilidade fora de casa, todos se conhecem e identificam-se de acordo com o trabalho que realizam ou pelo escravo que tem. Já no campo, as grandes distâncias entre uma propriedade e outra favorecem o isolamento.

Nos séculos iniciais da colonização a sociedade caracterizava-se pelas formas restritas de sociabilidade, onde tende-se ao isolamento e a solidão. Os espaços sociais concentravam-se fora das casas, a igreja e a rua eram os locais de interação social, uma vez que as festas religiosas comemoradas em procissão e missas reuniam toda população local, tanto moradores de sítios e fazendas quanto moradores da cidade.

Mas, com o povoamento e a colonização, a vida dos colonos transformou-se, em alguns lugares os costumes foram modificados para seguir o modelo de outros costumes trazidos pelos emigrantes. *"juntamente com essa transformação física da cidade, surgem novas atitudes em relação às pessoas e situações. A proposta era ser 'civilizado', como eram os franceses e os*

*européus em geral. (...) Com a aquisição de seu novo status de lugar público, a rua passou a ser vista em oposição ao espaço privado – a casa. (...) De qualquer modo, o crescimento da população e mais as mudanças de atitude quanto ao uso dos espaços de fora de casa devem ter-se combinado para desencadear a desconfiança em relação aos 'outros', aos desconhecidos.”<sup>59</sup>*

As mulheres da elite eram confinadas ao lar, só saíam de casa para irem às missas, e mesmo assim deveriam ser acompanhadas por suas mucamas ou por um homem da família. *“(…) havia apenas três ocasiões em que a mulher poderia sair do lar durante toda sua vida: para se batizar, para se casar e para ser enterrada.”<sup>60</sup>*

A vida social restringia-se portanto a alguns jogos, reuniões e visitas. Nas classes mais pobres o hábito de fazer visitas não era muito comum, enquanto nas classes mais ricas esse costume transformava-se em alegres reuniões onde dançava-se, comia-se, bebia-se e divertia-se muito.

A educação feminina era motivo de muita preocupação aos moralistas da época, eles recomendavam às mulheres a prática de trabalhos manuais, para deste modo manterem-se ocupadas e longe de algum ato que fosse contra a honra da família, pois *“das mulheres passa a depender também o sucesso da família, quer em manter seu elevado nível e prestígio social já existentes, quer empurrar status do grupo familiar mais e mais para cima. Num certo sentido, os homens eram bastante dependentes da imagem que suas mulheres pudessem traduzir para o restante das pessoas de seu grupo de convívio. Em outras palavras, significavam um capital simbólico importante, embora a autoridade familiar se mantivesse em mãos masculinas, do pai ou do marido. Esposas, tias, filhas, irmãs, sobrinhas (e serviçais) cuidavam da imagem do homem público; esse homem aparentemente autônomo, envolto em questões de política e economia, estava na verdade rodeado por um conjunto de mulheres das quais esperava que o ajudassem a manter sua posição social.”<sup>61</sup>*

---

<sup>58</sup> NOVAES, F. História da Vida Privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América Portuguesa, 1997.

<sup>59</sup> D'INCAO, Maria Ângela. “Mulher e Família Burguesa” in DEL PRIORE, M. (org.), 1997, pg. 226.

<sup>60</sup> ARAÚJO, Emanuel. “A arte da sedução: sexualidade feminina na Colônia” in DEL PRIORE, M. (org.), 1997, pg. 49.

<sup>61</sup> D'INCAO, M.A. Op. cit., pg. 229 e 230.

As relações cotidianas entre pais e filhos variavam imensamente na cidade e no campo, onde as manifestações de ternura não são muito apreciadas, conforme os meios sociais, as tradições religiosas e políticas. A família é o lugar onde se exerce o controle do corpo e da expressão emocional e, é onde intensifica-se a disciplina sobre a linguagem e as atitudes físicas das crianças, intimadas a ficar retas, a comer direito, e assim por diante. *“em função da repressão dos sentimentos, o amor vai restringir-se à idealização da alma e à supressão do corpo.”*<sup>62</sup>

Durante o período colonial muitas mulheres viram-se diante da necessidade de abandonar os próprios filhos. No campo era mais difícil de ocorrer o abandono, e vários enjeitados acabaram sendo adotados como “filhos de criação” ou tornaram-se agregados de famílias estruturadas. No segundo e terceiro século de colonização, o abandono tornou-se ainda mais cruel; crianças com poucos meses de vida eram deixadas em terrenos baldios, lixeiras, praias e calçadas.

Novaes<sup>63</sup> mostra-nos que, no século XIX, a característica mais marcante da família era o patriarcalismo, onde o pai detinha enorme poder sobre seus dependentes, agregados e escravos. Também nesta época, a rua deixa de ser um lugar de convívio social e realização de festas e, esse status passa a ser da casa, que torna-se o lugar privilegiado para a família e para as reuniões particulares. Com essa supervalorização da casa, os cuidados da mãe passam a ser muito valorizados, pois ela é a responsável pelo lar e pela harmonia da casa. A emergência da família burguesa redefine o papel feminino, passando a idéia de que as próprias mães devem cuidar da primeira educação dos filhos, e não os deixar mais apenas aos cuidados da ama e escravas.

As famílias patriarcais são marcadas pela forte imagem do pai, homem rude e severo, e pela mãe, mulher dedicada ao marido e aos cuidados com o lar. Os senhores preocupavam-se com a criação dos filhos, os meninos deviam aprender a ler, escrever e contar, enquanto as meninas a lavar e cozinhar. Para ambos a educação religiosa era obrigatória, e as mães e amas é que tinham a obrigação de logo nos primeiros anos de vida da criança começar a ensinar-lhe

---

<sup>62</sup> D'INCAO, M.A. Op. cit., pg. 229.

<sup>63</sup> NOVAES, F. Op. cit., 1997 (a).

a religião. Dentro da casa, as meninas eram educadas para ter um comportamento moderado e repleto de solicitude, e assim prepararem-se para o casamento, pois toda sua educação consistia em constituir família. Aos 14 anos os meninos poderiam casar-se, as meninas a partir dos 12 anos já eram preparadas para o casamento, pois ele era supervalorizado na vida feminina. As moças deviam ser casadas até os 25 anos, pois após esta idade seria muito difícil conseguir um casamento.

*“tão logo passadas as ‘primeiras regras’ (menstruação) e a mocinha fizesse corpo de mulher, os pais começavam a se preocupar com o futuro encaminhamento da jovem para o matrimônio. (...) os conselhos amigáveis da mãe experiente para que a moça tivesse um comportamento moderado e repleto de solicitude, ‘para poder casar’, inculcavam na vida feminina a noção da valorização da vida matrimonial e, ao mesmo tempo, imprimiam-lhe uma profunda angústia, caso ela não viesse a contrair casamento antes dos 25 anos de idade.”*<sup>64</sup>

Grandes festas e saraus eram realizados na casa da fazenda, para assim solidificar as relações entre as famílias mais ricas. Enquanto a educação das meninas mantinha-se dentro de casa, os meninos iam estudar fora, a maioria desta época estudou Direito, e voltavam para casa nas férias, trazendo os amigos para participar das festas.

As famílias que tinham muitos filhos guardavam a maior parte de seu dinheiro e bens para o filho mais velho, assim tentavam assegurar seu patrimônio através das gerações.

O casamento era acertado entre as famílias, e à mulher era imposta a condição de aceitar o marido escolhido por seu pai, *“moças que se casaram sem o consentimento do pai foram excluídas da solidariedade familiar, pois esse comportamento significava uma grande ofensa à família.”*<sup>65</sup> Havia três regras impostas às moças para que o casamento efetivamente se realizasse, deveria ter entre 15 e 18 anos, se tivesse alguma irmã é sempre a mais velha que deve casar-se primeiro, ser virgem; a virgindade deveria ser garantida pela família da noiva. *“a virgindade funcionava como um dispositivo para manter o*

<sup>64</sup> FALCI, Miridan Knox. “Mulheres do Sertão Nordestino” in DEL PRIORE, M. (org.), 1997, pg. 256.

<sup>65</sup> FALCI, M. K. Op. cit., pg. 256.

*status da noiva como objeto de valor econômico e político, sobre o qual se assentaria o sistema de herança de propriedade que garantia linhagem da parentela.”*<sup>66</sup>

Depois de tudo acertado, o pai da noiva costumava dar parte do dote da filha ao genro. A partir daí, cabia ao marido administrar os bens da esposa, e a ela cabia apenas o papel de mantenedora da harmonia e serenidade do lar.

A educação feminina consistia na missão civilizadora da mulher, idealizada como mãe, pois existia a idéia de que o destino de toda mulher estava fadado à maternidade, e que deveria ser instruída para afeiçoar o esposo e educar os filhos para a humanidade.

No final do século XVIII e início do XIX os costumes começam a mudar. Nas grandes cidades como Salvador, Recife e Rio de Janeiro as mulheres passam à freqüentar o teatro, a ópera e a conversar com os homens ou em pequenas rodas entre si. *“A mulher de elite passou a marcar presença em cafés, bailes, teatros e certos acontecimentos da vida social. Se agora era mais livre – ‘a convivência social dá maior liberdade às emoções – não só o marido ou o pai vigiavam seus passos, sua conduta era também submetida aos olhares atentos da sociedade. Essas mulheres tiveram de aprender a comportar-se em público, a conviver de maneira educada.”*<sup>67</sup>

Percebemos aqui, que a mulher começa a participar mais ativamente da vida social, ela começa enfim, a ganhar seu espaço fora do confinamento da casa e do lar.

### **2.3 A Roda dos Expostos**

Venâncio<sup>68</sup> fala-nos que, a sociedade brasileira, que herdou a religião européia, acreditava na danação das almas que não recebiam o batismo, por esse motivo, assim que as crianças nasciam eram batizadas para garantir sua ida ao céu acaso morressem e, devido a isso essa mesma sociedade motivou-se em prol dos enjeitados. Os governadores pressionaram o Senado, e os

<sup>66</sup> D’INCAO, M. A. Op. cit., pg. 235.

<sup>67</sup> D’INCAO, M. A. Op. cit., pg. 228.

<sup>68</sup> VENÂNCIO, Renato P. “Maternidade Negada” in DEL PRIORE, M. (org.), 1997, pg. 120.

comerciantes ricos e devotos doaram legados à Santa Casa da Misericórdia para desta forma auxiliarem essas crianças. Toda criança encontrada deveria ser recolhida e batizada pela pessoa que a encontrou, o pároco então redigia um certificado explicando que o enjeitado passaria a morar no domicílio da pessoa que o acolheu. A partir do momento que a pessoa acolhedora recebia este documento, ela poderia solicitar ajuda financeira ao presidente da câmara, que julgava o pedido, e se este fosse concedido, a família que recebeu o enjeitado receberia mensalmente uma pequena parcela em dinheiro, para a ajuda na criação do mesmo, além da criança ter o seu nome escrito no “livro de matrícula dos expostos”.

A ajuda pública durava até que os expostos completassem 7 anos, o valor pago às “famílias criadeiras” variava, era esperado que o longo período de convivência da criança com a família lhe assegurasse a permanência em seu lar adotivo.

As Santas Casas implementaram um outro sistema de auxílio, junto a parede lateral ou frontal do hospital instalava-se a Roda dos Expostos, que consistia num cilindro que unia a rua ao interior da Casa de Misericórdia. A Roda funcionava dia e noite, e qualquer um poderia deixar uma criança sem ser notado.

A roda dos expostos surgiu no século XVII, foi inventada nos países europeus para salvar crianças abandonadas da morte, mas provocaram uma mortalidade infantil registrada e verificada, pois a maioria das crianças nela depositada não conseguia sobreviver.

*“A primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada era de providenciar o batismo, salvando a alma da criança: a menos que trouxesse consigo um escritinho – fato muito corrente – que informava à rodeira de que o bebê já estava batizado. ... Criada na Colônia, perpassou e multiplicou-se no período imperial, conseguiu manter-se durante a República e só foi extinta definitivamente na recente década de 1950.”*<sup>69</sup> Essa preocupação em batizar a criança existia porque o batismo garantia a ida da criança ao céu assim que ela morresse.

---

<sup>69</sup> MARCÍLIO, Maria L. “A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726 – 1950” in FREITAS, M. C. (org.), 1997, pg. 51 e 52.

De acordo com Marcílio<sup>70</sup>, no período colonial foram implantadas três rodas no Brasil, a primeira em Salvador (1726), a segunda no Rio de Janeiro (1738), e a terceira em Recife (1789); todas no século XVIII. No início do Império foi implantada uma em São Paulo (1825), e todas as demais foram criadas no rastro da Lei dos Municípios que isentava a Câmara da responsabilidade dos expostos. Tivemos ao todo treze rodas de expostos no Brasil, e por quase um século e meio ela foi praticamente a única instituição de assistência à criança abandonada em nosso país. A primeira preocupação do sistema para com a criança nela deixada, era de providenciar o seu batismo, para que assim sua alma pudesse ser salva.

O abandono raramente ocorria no campo, pois para os camponeses e pescadores, a força do trabalho familiar era fundamental para a sobrevivência da família. Tanto meninos quanto meninas desempenhavam alguma função produtiva ou de apoio, como tecer, cuidar dos animais domésticos, preparar os alimentos, auxiliar na capina e limpeza das roças, sempre junto às mães. Já nas cidades o trabalho infantil era pouco valorizado, pois as atividades artesanais exigiam especialização profissional.

Nesta época, a maioria das crianças abandonadas foram deixadas nas residências de parentes e vizinhos, e muitas delas não restringiam-se a filhos de miseráveis. Mulheres brancas e até de boa estirpe também abandonaram seus filhos, pois não podiam assumi-los publicamente. Havia também mulheres que por estarem doentes, internadas nas enfermarias do Hospital da Misericórdia, acabaram enviando seus filhos à casa dos expostos, até que recuperassem a saúde e pudessem ficar com eles novamente.

A roda dos expostos foi uma forma encontrada pela sociedade de acobertar o abandono, ninguém declarava suspeitas sobre a origem do bebê, portanto o abandono consistia num gesto furtivo, e a roda não constrangia nem quem abandonava, tampouco quem acolhia. Muitas das crianças abandonadas acabaram morrendo por motivos que estão presentes em nossa sociedade atual; fome e frio. Enquanto outras tiveram a "sorte" de receber os cuidados de uma ama-de-leite paga pela câmara, mas que também não assegurava-lhe a sobrevivência, outras ainda foram adotadas por famílias caridosas.

---

<sup>70</sup> MARCÍLIO, Maria L. Op. cit., pg. 58 e 64.

A Santa Casa e a câmara contratavam mães de aluguel, que podiam ser mulheres livres ou escravas, desde que assinassem um termo de compromisso no qual responsabilizavam-se pelos cuidados com a criança, isso ocorreu entre 1759 e 1805. O ato de recolher um enjeitado representava uma enorme demonstração de fé, e era a melhor maneira de se alcançar a graça divina.

As crianças residiam na casa das amas e quase sempre corriam risco de vida, pois os administradores e vereadores recrutavam criadeiras por preço inferior ao comumente pago e, em decorrência dessa acolhida meramente financeira, as crianças estavam sujeitas a amamentação artificial.

As amas eram mulheres em quase sua totalidade expressamente pobres, solteiras, ignorantes, algumas eram casadas ou escravas. Frequentemente encontravam-se numa situação enorme de miséria, viviam em pardieiros, eram obrigadas a trabalhar na lavoura e passavam a maior parte do dia longe de casa. Por vezes estavam doentes, enfraquecidas por serem mal nutridas e em alguns casos contraíam a sífilis, devido a essas enfermidades o seu leite ficava comprometido. As crianças passavam todo o tempo sozinhas e estavam sujeitas a muitas doenças, pois eram má alimentadas e permaneciam atoladas em seus excrementos, já que as amas deixavam transcorrer semanas sem mudar-lhes as roupas.

Voltando a amamentação artificial, ela era feita de várias formas; com caldos quentes, água morna com açúcar, bonecas feitas de algodão forradas de pano, as quais eram molhadas no leite repetidas vezes e depois postas na boca das crianças. Muitas amas quando impacientes com as crianças, misturavam aguardente ao leite para acalmá-las mais rapidamente, e as colocavam em seu próprio leite, podendo assim pisar na criança, sufocá-la e até matá-la. Podemos observar nesta passagem que as crianças dificilmente sobreviviam, pois além da amamentação artificial, da falta de carinho e atenção necessária, estavam sujeitas também a falta de higiene e a ausência de assepsia do leite, sua saúde portanto era comprometida.

O retorno da criança à casa de sua família dava-se depois de 4 ou 5 anos e, durante este período os pais mantinham-se distantes e raramente visitavam-na. Quando a criança volta ao lar está frequentemente malformada, raquítica e até gravemente doente, a postura dos pais frente a isso é de queixa, pois uma criança doente representava muitas despesas e poucas vantagens.

A taxa de mortalidade infantil, das crianças que recebiam a amamentação artificial chegava a 90%. A morte precoce também era o destino da maior parte dos bebês auxiliados pelas câmaras e hospitais. Cerca de 20% a 30% dos recém-nascidos desta época morriam antes de completar um ano de vida. Nota-se que nessa sociedade a morte dos bebês era comum e, os pais encaravam a perda como uma bênção de Deus, já que existia a crença de que as crianças transformavam-se em anjinhos. Aliás, a palavra anjinho tornou-se sinônimo de recém-nascido falecido, mas, as crianças só se tornavam anjinhos se tivessem sido batizadas, pois, é através do batismo que assegurava-se sua ida aos Céus.

*“O status dos inocentes era ambíguo: metade gente, metade espírito, eles vestiam cotidianamente roupas com as quais seriam recebidos no céu. Por encarnarem a pureza, o ser sem pecado, ou pelo menos sem a consciência do pecado, seus trajes deveriam combinar o vermelho, simbolizando o sangue, o azul e branco, cores marianas que exprimiam o desapego aos valores do mundo, cores da alma em contato com Deus. Tais costumes, acompanhados de enterros festivos, expressavam uma reação bastante peculiar da população colonial frente à morte em massa das crianças, cuja existência, segundo os médicos portugueses, reduzia-se quase sempre a um brevíssimo intervalo entre o útero e o túmulo.”<sup>71</sup>*

A câmara procurava estimular a ama a manter a guarda da criança até os 7 e se possível até os 12 anos. Em alguns casos a Santa Casa pagava à criança um pequeno salário, e a partir daí podia-se explorar o trabalho dela de forma remunerada ou apenas em troca de casa e comida. Quando as crianças não mais eram aceitas para continuarem na casa da ama iam parar nas ruas, onde perambulavam, acabavam prostituindo-se e vivendo de esmolas ou de pequenos furtos.

Segundo Badinter<sup>72</sup>, em fins do século XVIII na Europa, os moralistas confirmam que as famílias eram mais exigentes na escolha dos criados do que na das amas, e dessa indiferença decorre esta situação catastrófica na infância. Ao estar em casa, o filho das classes ricas é logo confiado a um governanta até

<sup>71</sup> VENÂNCIO, Renato P. “Maternidade Negada” in DEL PRIORE, M.(org.), 1997, pg. 198.

<sup>72</sup> BADINTER, E. Um Amor Conquistado: o mito do amor materno, 1985.

os 7 anos. Em seguida, sendo menino é entregue a um preceptor, e a escolha deste não era diferente da escolha da ama; escolhia-se o mais barato. Já as meninas eram entregues à uma governanta, e esta tinha a obrigação de ensinar-lhes a ler, escrever e torná-la uma pessoa.

As relações entre mãe e filha não iam além de uma visita filial, era costume das mães manter em relação à criança uma certa indiferença, e assim a criança adquiria até um certo medo de aproximar-se da mãe.

Muitas das mulheres que abandonaram seus filhos, o fizeram pela condição de pobreza em que viviam, pelo esfacelamento da família, e ainda devido a condenação moral às mães solteiras. As mulheres negras e mestiças que tinham filhos ilegítimos não estavam sujeitas ao preconceito social, já as mulheres brancas seriam condenadas socialmente e feririam as regras, impostas pela sociedade, do comportamento feminino austero.

A instalação da roda procurou evitar esses crimes morais e proteger as mulheres brancas solteiras dos escândalos, e oferecer ao mesmo tempo, uma alternativa ao infanticídio, além de cumprir também o papel de abrigo de órfãos; numa sociedade que não possuía orfanatos nem instituições para a infância.

Mas, por outro lado, a roda servia como um cemitério gratuito de crianças. Pois muitas das crianças que nela foram depositadas, não conseguiam sobreviver até os doze meses de vida.

A roda preocupava-se com essa situação de indigência infantil, e por isso buscava casas de famílias que pudessem receber as crianças como aprendizes, onde os meninos aprenderiam algum ofício ou ocupação como ferreiro, sapateiro, balconista, etc.; e as meninas como empregadas domésticas. Também havia a possibilidade para os meninos de serem enviados para a Companhia de Aprendizes Marinheiros ou de Aprendizes do Arsenal da Guerra, que eram verdadeiras escolas profissionalizantes para os pequenos enjeitados, mas que funcionava dentro da disciplina militar.

A condenação moral e social às mães solteiras, principalmente as mulheres brancas, foi um dos motivos que contribuiu para o aumento do número de crianças abandonadas, mas não foi a única e principal causa. No século XVIII, a mulher concubina e a mãe solteira acabaram sendo aceitas nas cidades e vilas. Um dado interessante é que os bebês negros, provavelmente filhos das escravas, eram a minoria entre os enjeitados, portanto podemos

concluir que a população branca era a que mais freqüentemente fazia uso da Roda. *“Na capital baiana, 70% deles foram considerados brancos entre 1758 e 1762; nos anos 1790 a 1796, dos 51 expostos mortos, apenas cinco receberam o atributo da cor negra.”*<sup>73</sup> Talvez isso acontecesse porque as crianças negras não tinham nem mesmo a chance de chegar até a roda.

Para algumas mulheres das cidades e vilas brasileiras, enjeitar o filho consistia, na maioria das vezes, numa forma de protegê-los da situação de miséria e pobreza em que viviam. Em raros casos, a família fragmentada voltava a reunir-se graças ao esforço das mães dedicadas a reencontrar o filho. *“...em fins do século XVIII, para cada grupo de seis abandonados sobreviventes apenas um voltava ao convívio materno. O enjeitado consistia em ruptura definitiva dos laços entre mãe e filho.”*<sup>74</sup>

As crianças negras e pardas sem família acabavam sendo vendidas, trocadas e dadas de presente. Essas crianças moravam em residência alheia em troca de um prato de comida e um lugar para dormir. Através do “compadrio” era reinventada a família para aqueles que não a tinham. Para muitos, ser adotado significava ter uma família, um referencial. Mas para algumas crianças que estavam por completar 7 anos, iniciava-se uma nova etapa do abandono, pois muitas eram encaminhadas ao trabalho pesado na construção de estradas de ferro, iam morar em arsenais, seminários ou recolhimentos.

De acordo com Venâncio<sup>75</sup>, em 1685, Alexandre de Gusmão (fundador de seminários na Bahia) publicou um manual de normas comuns às boas famílias para a criação de seus filhos. Segundo Alexandre a formação da criança era de responsabilidade da mãe, e a direção do pai. Durante os primeiros anos de vida do bebê, a mãe era a responsável por todo cuidado com o filho, enquanto o pai mantinha economicamente o lar e não precisava preocupar-se diretamente com a criança. Porém, ao completar 7 anos, idade considerada da razão, o pai então direcionava o filho nas questões relativas aos valores morais e religiosos.

<sup>73</sup> VENÂNCIO, Renato P. “Maternidade Negada” in DEL PRIORE, M. (org.), 1997, pg. 209.

<sup>74</sup> VENÂNCIO, Renato P. “Maternidade Negada” in DEL PRIORE, M. (org.), 1997 pg. 217.

<sup>75</sup> VENÂNCIO, Renato P. Op. cit., pg. 201.

Nas camadas populares, onde a miséria e a escravidão geravam instabilidade doméstica, os meninos e meninas circulavam nas casas e senzalas para estabelecer relações de “parentesco”, e foi assim que a assistência integrou-se ao modo de sobrevivência das camadas populares coloniais. Com o passar dos anos, tornou-se mais aceito e praticado o ato de enviar uma criança para outra família. *“As crianças pobres e escravas tinham a rua como espaço da sua vida social. Desde o nascimento elas circulavam no colo ou agarradas às saias de suas mães. Tão logo quanto possível, eram engajadas em algum ofício.”*<sup>76</sup>

No ano de 1820, no Brasil, a morte de uma criança era anunciada em verdadeiras festas, a cerimônia dos pequenos mortos tinha grande importância para o mundo colonial. Enquanto isso, as autoridades religiosas escandalizavam-se e condenavam esses rituais, da população livre e escrava, que não eram acompanhados por clérigos. *“O cortejo fúnebre era acompanhado por bandas e música que, ao invés do repertório solene, tocavam peças alegres e festivas, o que escandalizava viajantes estrangeiros. No interior da província do Ceará, “a morte do recém-nascido era recebida com tiros e foguetes, comida, bebida e música - uma festa em que se dançava para o anjinho.”*<sup>77</sup>

Esta passagem mostra-nos que não comemorava-se a morte da criança, mas louva-se sua chegada ao Reino dos Céus, pois a criança apenas tornava-se “anjinho” se tivesse sido batizada. Por isso a roda foi tão utilizada, ela garantia o batismo da criança.

Em contradição à esse ritual, muitas crianças mortas eram abandonadas, isso por que os senhores não queriam ter despesas com o funeral delas.

Em meados do século XIX, seguindo os rumos da Europa liberal, começou uma forte campanha para a abolição da roda. Esse movimento partiu inicialmente dos médicos higienistas, horrorizados com o alto nível de mortalidade infantil nas casas dos expostos.

---

<sup>76</sup> VENÂNCIO, Renato P. “Maternidade Negada” in DEL PRIORE, M. (org.), 1997, pg. 211.

<sup>77</sup> VENÂNCIO, Renato P. “Maternidade Negada” in DEL PRIORE, M. (org.), 1997, pg. 208.

*“Em cada grupo de três crianças livres, duas atingiam a juventude. No mundo dos enjeitados, apenas uma criança em cada grupo de três sobrevivía ao sétimo aniversário.”<sup>78</sup>*

O movimento a favor da extinção das Rodas do país contou com a adesão de juristas, que começaram a pensar em novas leis para proteger a criança abandonada e para corrigir a questão social, que começa a perturbar a sociedade. Com o século XIX chega a influência da filosofia das luzes, do utilitarismo e da medicina higienista, com isso, diminui-se drasticamente as antigas formas de caridade e solidariedade para com os mais pobres e desvalidos.

*“O movimento contra as rodas dos expostos, foi mais fraco no Brasil do que na Europa, não foi suficiente para extingui-las no século XIX. As mais importantes sobreviveram no século XX. A do Rio de Janeiro foi fechada em 1938, a Porto Alegre em 1940, as de São Paulo e Salvador sobreviveram até a década de 1950, sendo as últimas do gênero existentes nessa época em todo o mundo ocidental.”<sup>79</sup>* Analisando o surgimento da roda, seu uso e sua existência tão duradoura, percebo que ela foi um fenômeno essencialmente urbano e também a única instituição desse período responsável pelo cuidado às crianças abandonadas. Nas cidades onde ela inexistia, as câmaras é que foram responsáveis pelo cuidado com as crianças, e contratavam as amas-de-leite para cuidarem delas, como já mencionei.

Vale lembrar que toda criança depositada na roda tornava-se livre, visto que não era filho de ninguém, mas eram raras as que sobreviviam, a morte em geral era rápida. O descaso pela infância, e sobretudo pela criança, pode ser claramente observado não apenas no abandono dos expostos, mas também nas cerimônias fúnebres, em que se festejava a morte da criança.

A partir de 1830, as províncias vão sendo forçadas a subvencionar essa assistência e a contratar os serviços das Santas Casas e/ou das ordens religiosas femininas para cuidar das crianças confinadas nas casas dos expostos, esse é outro aspecto a assinalar o caráter de assistência ao menor.

<sup>78</sup> VENÂNCIO, Renato P. “Maternidade Negada” in DEL PRIORE, M. (org.), 1997, pg. 214.

<sup>79</sup> MARCILIO, Maria L. “A roda dos expostos e a criança abandonada na História do Brasil: 1726- 1950” in FREITAS, M. C. (org.), 1997, pg. 66.

A Lei do Ventre Livre, ao dar liberdade para os filhos dos escravos, contribuiu ainda mais para o aumento no número de crianças desamparadas, pois muitas foram expulsas das fazendas, tendo como único destino perambular pelas ruas.

Concluo que no Brasil Colônia a Roda dos Expostos teve uma grande importância pois, durante muito tempo, ela foi praticamente a única instituição para a assistência à criança abandonada no Brasil. Mas também não podemos negar que, se por um lado ela dava assistência as crianças abandonadas, por outro, a maior parte das crianças nela deixada não conseguia sobreviver. Portanto, a roda foi simultaneamente uma instituição de assistência e uma fábrica de anjinhos. A família também é marcada pela forte presença do pai, homem rude e severo que, controla e dirige sua família. Enquanto a mulher é símbolo da fragilidade, responsável pelo cuidado com a casa, pela devoção ao marido e filhos.

#### **2.4 A Criança Escrava**

Nas sociedades européias do Antigo Regime, era um costume entregar os recém-nascidos às amas-de-leite, que cuidavam das crianças durante a primeira infância. Esse costume chegou ao Brasil, mas aqui esta prática generalizou o aluguel e compra de escravas para amamentarem os bebês das famílias brancas. Isso acarretou a desintegração da frágil família escrava, separando as mães de seus filhos.

Segundo Mattoso<sup>80</sup>, o filho da escrava é uma criança cuja mãe biológica é freqüentemente ausente, e é criado sem referenciais de parentesco. Assim como todos os homens da comunidade podem representar o pai ausente, a comunidade feminina também poderia representar a mãe ausente, mas em ambos os casos a referência é imprecisa. Assim, além da criança escrava nascer sem pai, ainda poderia tornar-se órfã de mãe, crescendo quase sempre privada da referência paterna e, freqüentemente da materna.

---

<sup>80</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. "O Filho da Escrava" in DEL PRIORE, M. (org.), 1996.

Os escravos também eram batizados, mas a cerimônia era coletiva, assim como suas festas de casamento. Quando as crianças escravas ainda eram novas, brincavam na sala de seu senhor ou acompanhavam suas mães nas tarefas do cotidiano, mas sempre junto das mulheres; a figura do pai quase nunca aparece.

Nas grandes propriedades de engenhos de açúcar, as crianças escravas passeiam com toda liberdade, participam das brincadeiras das crianças brancas, andam pela casa, servem a mesa, costuram e tecem com suas senhoras. Já na cidade, pela falta de espaço, o senhor cede aos filhos da escrava os alojamentos reservados aos escravos, ou à áreas como pontos de mercado e lagoas (onde lavava-se a roupa).

As crianças negras pequenas tornavam-se companheiras das crianças brancas, filhas do senhor, principalmente quando tem o mesmo sexo e quase a mesma idade. A função das crianças escravas é de brincar e acompanhar o filho do senhor. Assim, desde muito cedo escravo e senhor assumem seus papéis sociais – um é talhado para servir e o outro para mandar e exigir. *“Logo que a criança deixa o berço ... dão-lhe um escravo do seu sexo e de sua idade, pouco mais ou menos, por camarada, ou antes, para seus brinquedos. Crescem juntos e o escravo torna-se um objeto sobre o qual o menino exerce os seus caprichos; empregam-no em tudo e além disso incorre sempre em censura e punição.”*<sup>81</sup>

Os escravos faziam parte da vida cotidiana da família colonial. As crianças brancas eram acompanhadas pelos pequenos escravos, as mucamas criavam esses mesmos meninos, que também foram amamentados por uma negra e talvez tenham aprendido a falar mais com a escrava do que com seus pais; os senhores.

A vida dos escolhidos para servir o cotidiano da família do senhor podia ser, em alguns casos, menos árdua do que aqueles que eram destinados ao trabalho com a terra: *“A casa grande fazia subir da senzala para o serviço mais íntimo e delicado dos senhores uma série de indivíduos – amas de criar, mucamas, irmãos de criação dos meninos brancos. Indivíduos cujo lugar na família ficava sendo não o de escravos mas o de pessoas de casa. Espécie de*

---

<sup>81</sup> FREYRE, G. *Casa Grande & Senzala*, 1975, pg. 336.

*parentes pobres nas famílias européias. À mesa patriarcal das casas grandes sentavam-se como se fossem da família numerosos mulatinhos. Crias. Malungos. Muleques de estimação. (...) Quanto às mães pretas, referem as tradições o lugar verdadeiramente de hora que ficavam ocupando no seio das famílias patriarcais.”*<sup>82</sup>

Esse tratamento “especial” dado a poucos escravos, atendia a certas qualidades físicas e morais que eles tivessem. A mãe preta, por exemplo, que dava de mamar para a criança branca, a ninava, a alimentava, que contava-lhe histórias e dava-lhe banho, não era qualquer escrava, mas a melhor entre todas da senzala. A melhor no sentido de ser a mais limpa, a mais forte e bonita.

*“As escravas trabalhavam principalmente na roça, mas também foram usadas por seus senhores como tecelãs, fiadeiras, rendeiras, carpinteiras, azeiteiras, amas-de-leite, pajens, cozinheiras, costureiras, engomadeiras e mão-de-obra para todo e qualquer serviço doméstico.”*<sup>83</sup>

De forma geral, para os escravos a educação consistia apenas em adquirir o mínimo de conhecimento para comunicar-se, mas sem deter o domínio da língua portuguesa, a maioria permaneceu analfabeta. Os negros mantiveram sua língua de origem e costumes através da formação de quilombos e de suas práticas culturais, como rituais religiosos disfarçados nas danças e músicas, inclusive na capoeira.

É com a idade de 7 anos que a criança se dá conta de sua condição inferior em relação às crianças brancas, ela portanto reconhece-se como escrava. Para a Igreja, a idade da razão situa-se aos 7 anos. Nesta idade a criança adquire a condição de adulto; de ingênua torna-se alma de confissão, adquire consciência e responsabilidade. Essa passagem era o primeiro grande choque na vida da criança escrava.

*“Os escravos trabalhavam desde a infância. Aos seis anos, tanto meninos quanto as meninas, trabalhavam na roça, tomando conta de animais ou fazendo covas para o plantio do milho. Mais tarde, poderiam aprender outras atividades.”*<sup>84</sup>

<sup>82</sup> FREYRE, G. Op. cit., pg. 352.

<sup>83</sup> FALCI, M. K. Op. cit., pg. 250.

<sup>84</sup> FALCI, M. K. Op. cit., pg. 250.

No artigo de Kátia de Queirós<sup>85</sup>, ela distingue duas idades de infância para os escravos; a primeira, de 0 à 7 para 8 anos, em que as crianças são novas e geralmente não tem desempenho de atividade do tipo econômico; e a segunda, dos 7 para 8 anos até os 12 anos, onde os jovens escravos deixam de ser crianças para entrar no mundo dos adultos só que na qualidade de aprendiz. O período de vida da criança que vai dos 3 aos 7 para 8 anos é um período de iniciação aos comportamentos sociais no seu relacionamento com a sociedade dos senhores, e também na comunidade escrava. Nesta fase ela perceberá os castigos corporais que farão parte da vida adulta.

Na idade de 7 e 8 anos ela não terá mais o direito de acompanhar sua mãe brincando e deverá prestar serviços regulares para justificar as despesas que ocasiona a seu senhor. E dos 8 aos 12 anos, ela não têm mais a idade da infância e sua força de trabalho já é explorada ao máximo e deve obediência ao seu senhor, não mais à mãe.

Questionando sobre a existência de infância e adolescência escrava, a autora afirma: *“As categorias de infância, adolescência, idade adulta e velhice são as mesmas para a população livre e para a escrava. Há, porém, entre uma e outra uma diferença de monta, ligada à função social desempenhada pelas categorias de idade: a criança branca e até mesmo a criança de cor livre podem ter seu prazo de ingresso na vida ativa protelado enquanto a criança escrava, que tenha atingido certa idade, entra compulsoriamente no mundo do trabalho. Há, pois, um certo momento em que o filho da escrava deixa de ser a criança negra ou mestiça irresponsável para tornar-se uma força de trabalho para os seus donos.”*<sup>86</sup> Percebe-se que tanto crianças brancas e escravas podem ser vistas como crianças que estão condicionadas ao lugar social que seus pais ocupam e via de regra, o reproduzirão.

A criança negra em torno dos sete anos assume integralmente o estatuto que a servidão lhe impõe – a escravatura, enquanto que a branca, continuará usufruindo o descompromisso cotidiano que é atributo da infância dos mais bem aquinhoados. Embora continuassem a conviver e misturarem-se dentro de casa e até partilharem atividades, cada um conhecia seu lugar: os senhores sempre

<sup>85</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. “O Filho da Escrava” in DEL PRIORE, M.(org.), 1996, pg. 78.

<sup>86</sup> MATTOSO, Kátia de Queirós. Op. cit., pg. 78.

aplicavam castigos aos escravos, para que estes jamais esquecessem das diferenças que os separavam.

No ano de 1758, Manoel Ribeiro da Rocha apresentou pela primeira vez um projeto para libertar os filhos dos escravos. Ele defendia a idéia de que qualquer escravo deveria servir ao seu senhor por vinte anos. E que os filhos desses escravos seriam considerados livres, desde que servissem e obedecessem aos seus senhores até a idade de 14 ou 15 anos, e que servissem-no não por escravidão, mas pela gratidão do benefício da criação e educação que dele receberam. Propunha, ainda, que a criança (filha do escravo) tivesse algum ofício as custas do senhor de sua mãe, para assim trabalhar para o mesmo durante mais dez anos, e recompensá-lo novamente por mais um benefício recebido. O pressuposto era que o senhor não iria privar-se do trabalho dessas crianças pois futuramente teriam a força de um adulto, que trabalharia para o patrono até a idade de 25 anos, que seria enfim a idade da libertação.

O projeto também incluía que, era obrigação do senhor, criar e tratar dos filhos que suas escravas tivessem durante o tempo em que lhe prestassem serviço, mas essa obrigação cessaria ao término do tempo de servidão devido pela mãe. Em qualquer situação a criança deveria trabalhar gratuitamente durante sete anos, em troca de teto e alimentação, dos 14 anos em diante poderia trabalhar e receber salários.

Percebemos neste contexto que a criança escrava, além de conviver com irmãos de cores diferentes, também convivia com irmãos de status diferentes e, que estes poderiam tornar-se seus senhores.

No fim do século XVII e início do XVIII, o enterro de escravos tornou-se uma séria preocupação para as autoridades coloniais, pois o abandono dos corpos constituía uma grave deturpação dos ensinamentos cristãos. Por este motivo, a Coroa metropolitana, juntamente com o governador do Rio de Janeiro, permitiu que a Santa Casa passasse a receber o valor referente a um imposto cobrado sobre a venda de alimentos e pequenos animais. Venâncio<sup>87</sup> nos mostra que foi graças a esse apoio real que os escravos cariocas, adultos e crianças, passaram a ser enterrados no cemitério atrás do hospital de

---

<sup>87</sup> VENÂNCIO, Renato P. Op. cit., pg. 209.

Misericórdia. Também foi com esse dinheiro, que a Santa Casa assumiu o compromisso de fornecer o caixão e ir buscar o cadáver do escravo.

Um processo semelhante ao carioca ocorreu também em Salvador e Recife, e manteve-se fixo até fins do século XVIII, mas foi lentamente corroído pela inflação comum ao mundo colonial.

Como já mencionamos, é perceptível a diferença no tratamento das crianças escravas e das brancas e, essa diferença é consequência dos diferentes papéis sociais pertencentes a cada uma delas. Até mesmo o descaso dos senhores com o enterro de seus escravos, nos leva a pensar que os escravos não significavam nada além que meras mercadorias. Pois, numa época em que, a maioria dos senhores preocupavam-se com o batismo e em dar um enterro para os seus, com medo de não garantir-lhes a salvação da alma; ao ignorarem o enterro dos escravos, estão negando-lhes o direito de também salvarem suas almas. Portanto, as diferenças sociais que separavam brancos e negros não estavam presentes apenas durante toda sua vida, mas também na hora de sua morte.

## **2.5 A Criança da Fábrica**

Falaremos sobre as crianças que trabalhavam nas fábricas, a criança operária. Abordaremos sobre como era a infância dessas crianças no interior nas fábricas, crianças trabalhando como adultos, perdendo a infância em nome da sobrevivência.

De acordo com Novaes<sup>88</sup>, com o crescimento da indústria nacional, o governo imperial é forçado a adotar uma política favorável à industrialização e com o fim da escravidão, milhares de trabalhadores tornam-se assalariados. A cidade de São Paulo, em fins do século XIX, cresce aceleradamente, devido a imigração europeia, principalmente de italianos, que vem substituir a mão-de-obra escrava. O repentino crescimento populacional, provoca o desemprego, aumenta a miséria das populações de baixa renda, especialmente das crianças pobres e abandonadas.

---

<sup>88</sup> NOVAES, F. História da Vida Privada no Brasil 2: Império; a corte e a modernidade nacional, 1997 (b).

Del Priore<sup>89</sup> ressalta que, a Proclamação da República promoveu mudanças intensas nas elites do século XIX, a imagem idealizada da mulher começa a transformar-se. Até então, a mulher era vista por toda sociedade como mãe, esposa dedicada aos cuidados com o lar, ao marido e aos filhos, seu lugar restringia-se à casa, e a manutenção desta. Essa imagem, até então idealizada pela elite, foi cobrada das mulheres das camadas populares, servindo de justificativa aos empresários para o pagamento de salários baixos e, por parte dos líderes dos operários, como tentativa para tirar as mulheres e crianças do mercado de trabalho.

No começo do processo de industrialização, principalmente no setor têxtil, tornou-se freqüente nas oficinas de São Paulo a presença de crianças e adolescentes no trabalho como mão-de-obra dessas fábricas. As mulheres e crianças tornam-se importante mão-de-obra nas indústrias nascentes.

Os empresários tinham a intenção de baixar os custos da produção e aumentar o lucro, por isso o menor é inserido no mundo do trabalho. As crianças recebiam salários irrisórios ou nem chegavam a ter suas atividades remuneradas, por estarem na condição de aprendiz.

*“Critério de diferenciação da mão de obra, o fator idade insere-se na dinâmica capitalista, ampliando as perspectivas de lucro para o empresariado, visto que, dada a perfeição da maquinaria – os pequenos e improvisados operários podem produzir tanto quanto os adultos, recompensados, entretanto, com mísero salário.”<sup>90</sup>*

Na década de 1870 já haviam crianças e adolescentes no trabalho industrial em São Paulo, trabalhando em condições desumanas; jornada excessiva, trabalho noturno, falta de segurança e insalubridade.

Na época, o fato de empregar crianças no trabalho industrial evocava aos empresários uma atitude paternalista, um certo conteúdo filantrópico, pois consideravam os pequenos operários como instrumentos de profissionalização e fator de equilíbrio no orçamento doméstico da família, desta forma efetivamente evitavam a vadiagem, a mendicância e a marginalidade dessas crianças. Mas este discurso começa a desmoronar quando aumenta o número

---

<sup>89</sup> DEL PRIORE, M. *História das Mulheres no Brasil*, 1996.

<sup>90</sup> MOURA, Esmeralda Blanco B. “Infância Operária e Acidente do Trabalho em São Paulo” in DEL PRIORE, M. (org.), 1996, pg. 113.

de acidentes do trabalho onde a vítima é uma criança. É neste momento do acidente que a imagem de trabalhador dilui-se e emerge a da criança.

*“No período de 1912 a 1919, os trabalhadores inseridos na faixa etária compreendida entre os 10 e os 20 anos são os que mais se acidentam, sendo representativos de mais de 40% do total de operários acidentados. ... nos primeiros anos do século XX, os menores estão completamente incorporados ao processo produtivo e são vítimas freqüentes de acidentes do trabalho nos estabelecimentos industriais, inclusive em oficinas de pequeno porte, acidentes cuja gravidade a morte do pequeno operário ou o ferimento irremediável permitem constatar de imediato.”<sup>91</sup>*

Assim, os empresários aproveitavam da mão de obra da criança, sendo esta mais barata e, colocavam os pequenos operários para executarem qualquer tipo de trabalho. Não percebemos nenhum tipo de preocupação com a segurança no trabalho, talvez por isso, muitas crianças acabaram acidentando-se, inutilizando sua capacidade de trabalho.

Em 1912, as crianças representavam 30% do total dos operários no setor da indústria têxtil em São Paulo, sendo empregadas principalmente na fiação e tecelagem, já em 1919 este número sobe para 40%. Em 1980, no total da mão-de-obra empregada, 25% são crianças trabalhadoras.

O trabalho infantil generalizou-se a partir do final do século passado, pois estava diretamente relacionado à pobreza da família operária. A criança era vista como qualquer outro trabalhador que, ao transgredir a disciplina da fábrica é penalizada com repreensões que muitas vezes chegam ao castigo corporal.

O menor operário é incumbido de funções que lhe exigem responsabilidade e capacitação, esperava-se dele um comportamento compatível com sua condição de produtor, ou seja, esta condição os confundia com o adulto, eram vistos como adultos em miniatura.

---

<sup>91</sup> MOURA, Esmeralda Blanco B. Op. cit., pg. 118 e 119.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o decorrer deste trabalho foi possível perceber que, desde a Idade Média e através dos séculos, a família sofreu mudanças profundas, reorganizou seus valores e sua própria constituição. O número reduzido de seus membros diminuiu, assim como sua esfera de ação tornou-se cada vez menor. Ela perdeu, de forma progressiva, suas funções econômicas, políticas, religiosas e sociais, mas esta diminuição de papéis tornou-a mais concentrada e espiritualizada. A família passou a constituir um centro de vida sentimental e moral, um lugar comum de interesses de afetividade e espiritualidade, onde pais e filhos vivem reunidos pelos laços de sangue, amor e dedicação. Nessas mudanças não só o homem mas a mulher tem fundamental importância, assim como a criança que está inserida na família e, que em alguns momentos foi o pivô das transformações sociais.

Percebemos também que é impossível determinar um conceito único, homogêneo e universal de infância. Pois a concepção que se tem de infância vem sofrendo transformações ao longo do tempo, conforme a época e o contexto histórico a que se insere. Mas podemos dizer que ao pensarmos em infância, podemos defini-la como um conceito que é cultural, portanto construído.

Com o desenvolvimento do trabalho, constatamos que a idade de 7 anos marcou a infância nos primórdios da sociedade brasileira. Na comunidade tupinambá, quando as crianças atingem esta idade, inicia-se a distinção entre os sexos, sobretudo em relação as atitudes e deveres da idade. As meninas começam a aprender os deveres de mulher; fiar, tecer, preparar a comida, etc., e os meninos passam a treinar arco e flecha para tornarem-se caçadores e guerreiros.

Na família colonial, a idade de sete anos é considerada pela Igreja Católica a idade da razão, idade em que as crianças brancas, filhas dos senhores, passam a receber os preceitos cristãos. Para a criança escrava, esta idade marca o fim das brincadeiras e o início de trabalhos regulares, para justificar as despesas que ocasiona a seu senhor. Ela reconhece-se como escrava e assume integralmente o estatuto de servidão que a escravatura lhe

impõe, adquire portanto, o papel de adulto e se dá conta da sua condição de inferioridade em relação as crianças brancas.

Observamos a importância dada ao batismo, pois era ele que garantia a ida da criança aos Céus, numa época em que o abandono de crianças na roda dos expostos foi tão difundido e aceito pela sociedade colonial.

Este trabalho também nos proporcionou um visão mais clara do papel da mulher na sociedade brasileira. Na comunidade tupinambá, foi a mulher tupi que transmitiu a cultura indígena à cultura brasileira. Na colônia, a mulher do senhor, mesmo sendo submissa ao marido, tinha grande importância dentro da sociedade. Pois é dela que depende o sucesso social da família, é ela que mantém o sucesso e a ascensão social do marido. E a mulher escrava, que vivia dentro da casa de seu senhor, era ela que amamentava os filhos de seu senhor, e muitas vezes, era com ela que as crianças brancas aprendiam a falar.

Vimos que a partir do século passado generalizou-se o trabalho infantil, e que a criança era tratada dentro da fábrica como qualquer outro trabalhador adulto, mas a generalização do trabalho infantil estava diretamente relacionado com a pobreza da família operária.

Desde que estabeleceu-se na sociedade que a criança é um ser singular e que possui características diferentes do adulto, passou-se a buscar suas peculiaridades e elementos próprios a sua condição de indivíduo – criança. Surgiu portanto, um novo sentimento dos adultos em relação às crianças, um sentimento que implica cuidados especiais. A criança, que inicialmente era inapercebida pelos adultos, gradativamente ganhou lugar dentro da família e conquistou seu papel na sociedade.

Hoje, algumas crianças são fruto de maior investimento de seus pais, desde cedo elas tem atividades programadas para seu melhor desenvolvimento; atividades como aulas de inglês, computação, natação, etc. Digo algumas, porque a realidade em que vive a maior parte da população brasileira é de absoluta pobreza. Portanto, são poucos os que podem investir na educação de seus filhos.

As crianças de hoje tem muito mais conhecimento e desembaraço do que seus pais tinham com a mesma idade. Isso faz delas pequenos adultos, pois a infância de hoje é menos aproveitada do que antigamente, já que o desenvolvimento das crianças está sendo acelerado. Esse aproveitamento

menor da infância, é uma consequência da transformação no estilo de vida das grandes cidades.

Quando dizemos que a infância de hoje é menos aproveitada e que as crianças tem mais conhecimento que seus pais, isso ocorre devido ao grande número de informações passadas para as crianças. Há jornais, revistas, televisão, Internet, meios de transmissão do saber, que não existiam, no caso da Internet por exemplo, na época de nossos pais, mas que hoje tornam-se cada vez mais comuns.

Por um lado as crianças tem mais conhecimento por que o acesso a ele é maior e mais fácil, por outro, perdem a infância rapidamente, porque as brincadeiras de criança, o brincar na rua, está sendo substituído pela TV, pelo video-game e pela Internet.

A mídia exerce um poder extraordinário na sociedade, sobretudo nas crianças. A criança absorve o que vê e acredita naquilo, não possuindo discernimento para definir se o que está vendo é bom ou não para ela. Se por um lado a TV é fonte de distração e transmite para a criança algum conhecimento, por outro ela influencia seus desejos e lhe desperta vontades, vontades muitas vezes de consumir brinquedos, roupas, discos, que são divulgados e apresentados pela mídia.

A televisão atualmente não é mais um artigo de luxo, até famílias muito pobres chegam a tê-la. E o grande problema, que acreditamos ser o maior defeito da mídia é que ela ilude. Muitas crianças sonham com uma realidade que jamais será a sua, com um mundo que nunca existirá. Mas a sociedade continua depositando na criança a confiança de futuras mudanças e de um futuro promissor. Talvez por causa de tantas cobranças e preocupações, as crianças estão crescendo cada vez mais rápido, ao invés de aproveitarem essa época tão maravilhosa, de sonhos, risos e brincadeiras, chamada infância.

Atualmente não podemos falar em infância, sem mencionarmos a educação. Tanto a família quanto a escola, hoje, são extremamente importantes para o desenvolvimento emocional e intelectual da criança. A escola tem papel fundamental para o desenvolvimento e para garantir às crianças um melhor futuro, pois com todas as tecnologias e exigências sociais, só terá alguma chance de crescimento profissional quem estiver bem preparado. Estou falando sobre isso pois, como constatamos, a família

moderna investe tudo que pode em seus filhos, pois eles garantirão a sobrevivência da família. E, a sociedade, exige cada vez mais pessoas bem preparadas, tanto no lado emocional quanto intelectual e afetivo.

As crianças de hoje, já estão sendo preparadas desde muito cedo, para serem os adultos de amanhã. Aquelas em que a família tem boas condições financeiras, estão sendo melhores educadas e preparadas para o mundo competitivo, agora, aquelas que vivem em absoluta pobreza, provavelmente estão desde cedo, trabalhando ou pedindo dinheiro nas ruas para ajudar no sustento da família.

O que posso também concluir, a partir da elaboração deste trabalho, é que se “a escola é o lugar da infância” e se o afeto pela criança é demonstrado através do cuidado, atenção, preservação e preparação para o futuro, há muito ainda a percorrer. Não basta uma política voltada unicamente para a concretização do aparato escolar; mais do que isso, as condições sociais que produzem a exclusão merecem uma atenção especial. Enquanto isso não ocorrer, a infância será privilégio de poucos.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ARIÈS, Philippe. *História Social da Criança e da Família*. RJ: Zahar, 1981.
- ARIÈS, P. & DUBY, G.Col. *História da Vida Privada 4: da Revolução à Primeira Guerra*. SP: Companhia das Letras, 1991.
- ARIÈS, P. & DUBY, G.Col. *História da Vida Privada 5: da Primeira Guerra à nossos dias*. SP: Companhia das Letras, 1992.
- BADINTER, Elisabeth. *Um Amor Conquistado: o mito do amor materno*. RJ: Nova Fronteira, 1985.
- CHARLOT, Bernard. *A Mistificação Pedagógica*. RJ: Zahar Editores, 1983.
- DEL PRIORE, Mary. (org.) *História da Criança no Brasil*. SP: Contexto, 1996.
- DEL PRIORE, Mary. (org.) *História das Mulheres no Brasil*. SP: Contexto, 1997.
- D'INCAO, Maria Ângela. (org.) *Amor e Família no Brasil*. SP: Contexto, 1989.

FARIA, Ana Lúcia Goulart. *Direito à Infância: Mário de Andrade e os Parques infantis para crianças de família operária na cidade de São Paulo (1935-38)* TESE /USP

FREITAS, Marcos Cezar de. (org.) *História Social da Infância no Brasil*. SP: Cortez, 1997.

FREYRE, Gilberto. *Casa Grande & Senzala*. RJ: Vozes, 1975.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. (org.) *Infância, Educação e Neoliberalismo*. SP: Cortez (Coleção Questões da Nossa Época n.º 61), 1996.

GHIRALDELLI, Paulo Jr. (org.) *Infância, Escola e Modernidade*. SP: Cortez; Curitiba: Editora da Universidade Federal do Paraná, 1997.

HADDAD, Lenira. *A creche em busca de Identidade*. SP: Loyola, 1993.

JORNAL *O Estado de São Paulo*, 25/05/98.

KISHIMOTO, Tizuko Morchida. *A Pré-Escola em São Paulo (1877 a 1940)*. SP: Loyola, 1988.

KISHIMOTO, Tisuko Mochida. Os jardins de infância e as escolas maternas de São Paulo no início da República in ***Cadernos de Pesquisas*** n° 64. Fundação Carlos Chagas, fevereiro de 1988.

KRAMER, Sônia. ***A Política do Pré-escolar no Brasil: a arte do disfarce***. RJ: Cortez, 1995.

NOVAES, Fernando A. ***História da Vida Privada no Brasil 1: cotidiano e vida privada na América Portuguesa***. SP: Companhia das Letras, 1997 (a).

NOVAES, Fernando A. ***História da Vida Privada no Brasil 2: Império; a corte e a modernidade nacional***. SP: Companhia das Letras, 1997(b).

RIZZINI, Irma. ***Assistência à Infância no Brasil: uma análise de sua construção***. RJ: Editora Universitária Santa Úrsula, 1993.